

1 **ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

3 Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-
4 se virtualmente o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a
5 presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA
6 MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite,
7 Alberto Luiz Francato, Alberto Luiz Serpa, Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira, Alvaro
8 Gabriel Bianchi Mendez, Amanda Carvalho Maia, Anderson de Rezende Rocha, André Martins
9 Biancarelli, Angel Pontin Garcia, Anna Christina Bentes da Silva, Anna Victória dos Reis,
10 Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Christiano Lyra Filho, Claudia Maria Bauzer Medeiros,
11 Cláudio José Servato, Edson Tomaz, Eduardo Gurgel do Amaral, Eliana da Silva Souza,
12 Elisabeth Cardozo, Erich Vinicius de Paula, Ester de Paula Moraes, Everardo Magalhães
13 Carneiro, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Sarti, Francisco Haiter Neto, Francisco
14 Hideo Aoki, Gabriela Barros Gonçalves, Gláucia Maria Pastore, Guilherme Araújo Wood,
15 Heloise Oliveira Pastore, Ignacio Maria Poveda Velasco, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jaime
16 Portugheis, Jefferson Cano, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Marcos Travassos
17 Romano, José Alexandre Diniz, José Luis Pio Romera, José Roberto Ribeiro, Julia Bahia
18 Adams, Julian Martínez, Karolyne Stefanny de Souza, Keila Conceição Ribeiro dos Santos,
19 Léo Pini Magalhães, Luan Ramos da Silva, Luís Fernando Mercier Franco, Luiz Carlos Kretly,
20 Luiz Carlos Zeferino, Luiz Francesquini Júnior, Márcio Alberto Torsoni, Márcio Antonio
21 Cataia, Marco Antônio Garcia de Carvalho, Marco Aurélio Zezzi Arruda, Maria Helena Baena
22 de Moraes Lopes, Maria Luiza Moretti, Marisa Masumi Beppu, Matheus Alves Albino,
23 Matheus da Silva Marcheti Martins, Milena Tibúrcio Cicone, Orival Andries Júnior, Otávio
24 Rizzi Coelho, Pascoal José Giglio Pagliuso, Paulo Adriano Ronqui, Paulo Régis Caron Ruffino,
25 Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas, Renê José Trentin Silveira, Rodrigo Ramos
26 Catharino, Rosmari Aparecida Ribeiro, Samuel Rocha de Oliveira, Sávio Machado Cavalcante
27 e Vanessa Petrilli Bavaresco. Como convidados especiais, compareceram os professores: Luísa
28 Andréia Gachet, Marcos Aparecido Lopes, Paulo César Centoducatte, Zigomar Menezes de
29 Souza; a doutora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel; a doutora Fernanda Lavras Costallat
30 Silvado; e os senhores Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina
31 Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva. Justificaram
32 ausência à Sessão os seguintes conselheiros: André Victor Lucci Freitas, sendo substituído pelo
33 conselheiro Everardo Magalhães Carneiro; Mirna Lúcia Gigante, sendo substituída pelo
34 conselheiro Julian Martínez; Fernando Cendes, sendo substituído pelo conselheiro Christiano
35 Lyra Filho; Adriana Nunes Ferreira, sendo substituída pelo conselheiro Luis Fernando Mercier
36 Franco; Jayme Vaz Júnior, sendo substituído pelo conselheiro Luiz Carlos Kretly; Paulo César
37 Montagner, sendo substituído pelo conselheiro Otávio Rizzi Coelho; Osvaldir Pereira Taranto,
38 sendo substituído pelo conselheiro Marco Antônio Garcia de Carvalho; Silvia Maria Santiago,
39 sendo substituída pelo conselheiro Jaime Portugheis; Antonio Carlos Bannwart, sendo
40 substituído pelo conselheiro Luiz Francesquini Júnior; Augusto César da Silveira, sendo

1 substituído pelo conselheiro Guilherme Araújo Wood; Bruna Carolina Garcia, sendo
2 substituída pela conselheira Julia Bahia Adams; e Mariana Gomes Vicente, sendo substituída
3 pelo conselheiro Matheus Alves Albino. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá
4 início à Centésima Septuagésima Primeira Sessão Ordinária do Conselho Universitário da
5 Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma virtual, o que se justifica pela
6 necessidade de manter o isolamento social diante da pandemia de Covid-19. Pede a colaboração
7 de todos para o sucesso da reunião, e que os microfones estejam silenciados diante da fala de
8 um membro do Conselho. Para inscrever-se para as manifestações, os conselheiros devem
9 utilizar o símbolo da mão que fica à sua direita na tela da plataforma Zoom. Os conselheiros
10 deverão respeitar o limite temporal de cinco minutos para a Ordem do Dia e três minutos para
11 o Expediente. As inscrições para o Expediente já estão abertas e se encerrarão após aprovação
12 das atas. Em seguida, dá as boas-vindas ao novo diretor do Instituto de Geociências,
13 recentemente empossado, professor Márcio Antonio Cataia, e também ao diretor associado,
14 professor Emilson Pereira Leite, cujos mandatos se estendem de 19 de maio do presente ano a
15 18 de maio de 2025. Informa que o conselheiro Jayme Vaz Júnior passa à titularidade da
16 representação docente da bancada geral, em substituição à professora Rachel Meneguello, que
17 foi designada como Pró-Reitora de Pós-Graduação; o conselheiro Léo Pini Magalhães também
18 passa à titularidade da representação docente da bancada geral, em substituição ao professor
19 Fernando Antonio Santos Coelho, que foi designado como Pró-Reitor de Extensão e Cultura.
20 Informa ainda que está disponível no *site* da Secretaria Geral o parecer CLN nº 26/2021,
21 referente ao item 02 da Ordem do Dia. Comunica que em breve a consulta aos documentos que
22 instruem as pautas deste Conselho, e também das câmaras e comissões, se dará através da senha
23 SiSe de cada um dos conselheiros. A Secretaria Geral informará aos conselheiros, através de
24 seus *e-mails* pessoais institucionais, a data da mudança e demais orientações para acesso aos
25 documentos. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Centésima Septuagésima Sessão
26 Ordinária, realizada em 30 de março de 2021; a Ata da Primeira Sessão Extraordinária,
27 realizada em 06 de abril de 2021; e a Ata da Segunda Sessão Extraordinária, realizada em 27
28 de abril de 2021. Consulta se há observações. Não havendo, submete à votação as referidas
29 Atas, que são aprovadas com 15 abstenções. Em seguida, coloca para ciência a Ata da
30 Assembleia Universitária Extraordinária especialmente convocada para a solenidade de posse
31 da nova Reitoria, realizada em 19 de abril de 2021. Passa à Ordem do Dia, com 08 itens,
32 informando que há destaque da Mesa para o item 01 – Proc. nº 01-P-19600/2020 –, primeira
33 revisão orçamentária. Pergunta se há destaques por parte dos conselheiros. A Conselheira
34 CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS destaca o item 05 – Proc. nº 01-P-16841/2019 –,
35 retificação dos limites da área de 895,85 m² doada pela Cemicamp à Unicamp. O Conselheiro
36 LÉO PINI MAGALHÃES destaca os itens 04 – Proc. nº 01-P-4707/1987 –, da Faculdade de
37 Ciências Médicas, e 06 – Proc. nº 19-P-3905/2021 –, da Faculdade de Educação. Não havendo
38 mais destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação os itens não destacados da Ordem
39 do Dia, sendo aprovados, com 04 abstenções, os pareceres que subsidiaram os seguintes
40 processos: B – Prêmios – Para Aprovação – a) Atribuição dos Prêmios Institucionais para 2021

1 – 02) Procs. nºs 01-D-14028/2021, 01-P-16211/1998, 01-P-25086/2011, 01-P-04286/2019, 01-
2 P-21170/2013, 01-P-6051/2011 e 01-P-7276/2021 – Proposta de Deliberação Consu que dispõe
3 sobre a atribuição dos Prêmios de Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz”, de
4 Reconhecimento Docente pela Dedicação ao Ensino de Graduação, ProEC de Extensão
5 Universitária, de Reconhecimento Acadêmico para Pesquisadores da Carreira de Pesquisador,
6 Prêmio aos Profissionais da Carreira Paepe, Reconhecimento Docente pela Dedicação ao
7 Ensino Magistério Secundário Técnico e Reconhecimento Discente de Desempenho em sua
8 Formação Técnica dos Colégios Técnicos da Unicamp no ano de 2021 – Despacho PG-
9 2105/2021. b) Prêmio de Reconhecimento Acadêmico para Pesquisadores, Edição 2020 – 03)
10 Proc. nº 01-P-4513/2021 – Solicitação de concessão em 2021, em caráter excepcional, do
11 certificado relativo à edição 2020 do Prêmio de Reconhecimento Acadêmico para
12 Pesquisadores, mesmo sem sessão solene protocolar – Ofício nº 003/2021 CIDP e Despacho
13 GR nº 287/2021. F – Pós-Graduação – Para Aprovação – 07) Proc. nº 02-P-2824/2021, da
14 Faculdade de Ciências Médicas – Proposta de implantação do Projeto de Cooperação entre
15 Instituições (PCI) de Doutorado Interinstitucional (Dinter) entre o Programa de Pós-Graduação
16 em Saúde da Criança e do Adolescente da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e a
17 Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN (*Campus Caicó*) – Homologado pela
18 Congregação em 27.03.20 e pela CCPG em 14.04.21 – Deliberação CCPG-54/21 e Parecer
19 Cepe-10/2021. 08) Proc. nº 02-P-2825/2021, da Faculdade de Ciências Médicas – Proposta de
20 implantação do Projeto de Cooperação entre Instituições (PCI) de Mestrado Interinstitucional
21 (Minter) entre o Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente da
22 Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e a Universidade Federal do Rio Grande do
23 Norte/UFRN (*Campus Caicó*) – Homologado pela Congregação em 27.03.20 e pela CCPG em
24 14.04.21 – Deliberação CCPG-55/21 e Parecer Cepe-11/2021. O MAGNÍFICO REITOR passa
25 ao item 01 – Proc. nº 01-P-19600/2020 –, que trata da primeira revisão do orçamento 2021,
26 com demonstrativo receita/despesa. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti para iniciar a
27 apresentação da primeira revisão do orçamento de 2021. O Conselheiro FERNANDO SARTI
28 diz que vai solicitar a ajuda do senhor Thiago, da Aeplan, para fazer a apresentação, mas antes
29 fará uma resenha, antes que o senhor Thiago aprofunde e detalhe a primeira revisão
30 orçamentária. Imagina que seja do conhecimento do Consu que o orçamento é realizado com
31 base nas previsões da Lei Orçamentária Anual do governo do estado, aprovada na Alesp em 30
32 de dezembro de 2020. Mas, anteriormente a isso, o Executivo encaminhou um projeto lei, em
33 agosto de 2020, portanto em um momento muito diferente do atual, com os recursos
34 condicionados, porque havia uma previsão de uma arrecadação naquele momento de R\$157
35 milhões por parte do estado, e R\$7 milhões que ficaram condicionados. Com isso, lançaram no
36 orçamento aquele valor de R\$157 milhões, que seria a contraparte da Universidade em cima
37 desses valores condicionados, mas, de uma forma prudente, esses valores foram lançados tanto
38 como receita, quanto despesa. A partir não mais da POA mas da LOA, da lei orçamentária de
39 final de dezembro, foi oferecida uma nova previsão, e nessa previsão a quota-parte da Unicamp
40 foi de R\$2,567 bilhões, com a inclusão de R\$133,890 milhões. Com isso, estão cancelando

1 aqueles recursos condicionados, tanto na receita quanto na despesa, e acrescentando nas receitas
2 esses R\$133 milhões. Por isso, e também pelos ajustes em termos das despesas, foram alteradas
3 as previsões de déficit ou de superávit para o exercício de 2021. O déficit que está ali lançado,
4 de R\$49,787 milhões, considera o Grupo X de despesa, onde foi incluído o saldo de despesas
5 já aprovadas, mas ainda não empenhadas em anos anteriores, no valor de R\$129 milhões. Então,
6 considerando esse saldo, ainda teriam uma previsão de déficit da ordem de R\$49 milhões. Não
7 considerando esse saldo, apenas as receitas e despesas previstas e aprovadas para o exercício
8 de 2021, com esse acréscimo de R\$133 milhões, passariam a ter um superávit de R\$79,7
9 milhões. Uma outra informação importante é o fato de que o primeiro trimestre de 2021
10 realmente apresenta uma melhora na arrecadação; a arrecadação efetiva foi maior do que a
11 arrecadação prevista na LOA em dezembro de 2020. Por outro lado, a arrecadação efetiva
12 acumulada deste trimestre, em relação a 2020, é, em termos reais, ainda menor. Pelo IPCA, que
13 é o índice oficial de inflação do país, a arrecadação do trimestre no estado, a base sobre a qual
14 saem os recursos para a Universidade, foi de R\$28,9 bilhões em termos reais, descontada a
15 inflação e o IPCA, o que é 1,32% abaixo. Nos dados da Aeplan, além do índice corrigido pelo
16 IPCA, também há o corrigido pelo IPC da Fipe e a correção pelo IGPM. Com esses resultados,
17 o valor das reservas em 31 de março estava na ordem de R\$515 milhões. Outro dado importante
18 que aparece no informe da Aeplan é que a relação entre a folha de pagamento e a arrecadação
19 efetiva no período de janeiro a março, no caso da Unicamp, o comprometimento portanto da
20 arrecadação com a folha, ficou em 79,1%. É um pouco superior que o da USP, que está em
21 75,4%, e também superior ao que se observa na Unesp, que é 75,40%. Um dado que não consta
22 ali, mas acha importante trazer aqui para o Conselho, é a arrecadação efetiva para o mês de
23 abril, que não teve tempo de ser objeto de análise dentro da COP e depois na CAD. O que estão
24 trazendo aqui são os resultados de janeiro a março, mas informa que a arrecadação efetiva de
25 abril manteve essa tendência de recuperação. Para se ter uma ideia, pela LOA a arrecadação
26 prevista era da ordem de R\$9,4 bilhões, e a arrecadação efetiva foi de R\$10,2 bilhões, o que
27 representa um crescimento nominal de 7,52%. Lembrando que nessa arrecadação efetiva
28 também está incluído o Programa Especial de Parcelamento da Secretaria da Fazenda. Portanto,
29 se consideram o acumulado de janeiro a abril de 2021, o valor efetivo é maior do que o previsto
30 na LOA na ordem de 11,9%. Portanto, podem considerar uma melhora na arrecadação, mas é
31 preciso esperar os meses de maio e junho para ver até que ponto essa recuperação da
32 arrecadação realmente se confirma. A estratégia adotada pela Aeplan e pela COP é seguir a
33 orientação da própria Secretaria da Fazenda, e por enquanto ela não fez nenhuma revisão de
34 arrecadação, apesar desses melhores indicadores que trouxe aqui. A Secretaria não sinalizou
35 ainda nenhuma mudança em relação às suas previsões para 2021, portanto, estão mantidas as
36 previsões da LOA de dezembro de 2020 para 2021. Caso o segundo trimestre, de abril a junho,
37 confirme essa recuperação de arrecadação, a intenção da COP e da PRDU seria antecipar a
38 segunda revisão orçamentária e trazer tanto para a CAD quanto para o Consu de agosto uma
39 proposta de recursos a partir dessa arrecadação, para que sejam aprovados recursos que seriam
40 alocados para a progressão na carreira, tanto docente quanto de servidores. É impossível

1 adiantar esses valores porque não sabem qual vai ser o comportamento das receitas neste
2 período, até por conta das inúmeras incertezas, seja no plano econômico, seja no plano político.
3 Mas todos estão na torcida para que essa recuperação se mantenha para este segundo trimestre.
4 Solicita ao senhor Thiago, da Aeplan, que faça uma apresentação mais detalhada da primeira
5 revisão orçamentária em termos da receita, mas, sobretudo, em termos das previsões de
6 despesas. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que, se todas despesas ocorrerem em
7 2021, a Universidade apresenta um déficit de R\$49,8 milhões, isso é relativo a 103,48% das
8 receitas do tesouro do estado. Mas quando consideram somente os Grupos de I a IX,
9 desconsiderando as despesas aprovadas em anos anteriores, o superávit da Universidade é de
10 R\$79,751 milhões. Quando olham as receitas de forma geral, há uma queda de praticamente
11 R\$23 milhões entre todas as receitas. É claro que, apesar disso, quando consideram somente o
12 tesouro do estado, verificam que apesar de o valor apresentar uma redução de R\$21 milhões,
13 aproximadamente, os recursos que entrarão em receitas do tesouro do estado, que é o que
14 possuem realmente garantido, foram acrescidos dos R\$133 milhões, que antes eram um valor
15 de R\$157 milhões nos recursos condicionados do estado. Mas, como o professor Sarti
16 mencionou, desde o momento do projeto de lei até o momento da primeira revisão houve a
17 aprovação da LOA e alguns decretos que permitiam esses R\$157 milhões de recursos
18 condicionados serem novamente analisados pelo Poder Executivo, e que os valores que seriam
19 arrecadados fossem transferidos de volta para o seu local de origem. Dessa forma, eles
20 acabaram com a linha de recursos condicionados, diminuíram os R\$157 milhões, só que entrou
21 um acréscimo de R\$133 milhões nas receitas da Universidade. Pensando um pouco
22 internamente, esses R\$157 milhões, como saem da receita, eles também saem das despesas
23 daquelas receitas, que é o que vai impactar fortemente lá na frente as despesas. Entrando um
24 pouco na receita do tesouro do estado, até como já foi apresentado, a linha preta, a linha mais
25 fina embaixo, era como estava na proposta orçamentária da Universidade; a linha azul são os
26 dados que apresentaram na LOA e que estão nessa primeira revisão orçamentária, e como a
27 arrecadação já acontece de forma superior a esses valores nominais. Esse é um panorama geral,
28 e com a arrecadação de abril, esse valor de arrecadação já chega mais próximo da linha azul,
29 mas ele está entre a arrecadação de janeiro e fevereiro, então está um pouco abaixo. Esse é o
30 patamar atual já arrecadado. E a previsão para maio é a manutenção desse valor arrecadado em
31 abril. Em seguida, apresenta o gráfico com os dados que mostram que em valores reais a
32 previsão do ano está um pouco superior à de 2020, mas quando consideram somente o primeiro
33 trimestre, esse valor está um pouco inferior ao ano de 2020. E quando olham a arrecadação mês
34 a mês, desconsiderando a linha que destoa no gráfico, que é de 2020, onde tem um vale nos
35 meses de abril, maio e junho, a previsão de arrecadação está muito próxima à de anos anteriores.
36 Como estão entrando em abril, maio e junho também, é bom tomar cuidado quando fizerem as
37 relações com o mês do ano anterior, porque o crescimento nominal vai ser bastante expressivo,
38 mas muito mais causado pela queda de 2020 do que um crescimento em 2021; talvez
39 mantenham esse patamar em 2021, que venha trazer uma nova previsão de receita. Estão
40 trabalhando na tentativa de conseguir essa nova previsão de receita, provavelmente conseguirão

1 alguma nova previsão em um futuro próximo, e havendo a manutenção desse patamar, como o
2 professor Sarti já citou, podem fazer uma antecipação na COP da revisão orçamentária.
3 Entrando nas outras receitas da Universidade, informa que a receita própria apresenta uma
4 queda de R\$2 milhões, causada principalmente pela manutenção do isolamento social. Observa
5 que a proposta de 2021 foi elaborada imaginando que a Universidade voltasse, grande parte, ao
6 trabalho presencial. Então, houve uma atualização de dados de arrecadação, principalmente das
7 receitas de restaurantes universitários, que vão impactar também as despesas desse item. Além
8 disso, está sendo considerado o aumento nas aplicações financeiras, devido ao aumento da taxa
9 de juros e inflação, e uma inclusão de R\$600 mil de doações para a área da Saúde para o
10 combate da pandemia. Essa inclusão é muito menor do que foi no ano anterior; em 2020, nesse
11 período, já estavam com uma arrecadação de R\$12 milhões a R\$13 milhões. Isso
12 provavelmente vai impactar também o fechamento das contas dos hospitais da Universidade.
13 Entrando nas despesas, informa que elas apresentam uma queda de 6,4%, correspondente a
14 R\$182 milhões, mas o impacto real aqui foi a retirada dos R\$157 milhões dos recursos
15 condicionados. De modo geral, a grande maioria das alíneas sofreu apenas as transferências
16 para acerto de execução, mudanças de alínea de despesa. As alíneas que também sofreram
17 alterações foram a de pessoal, que teve uma redução de R\$19 milhões, principalmente causada
18 pelos efeitos da lei complementar 173, que está em vigor até o final do exercício. Outras
19 despesas afetadas foram despesas de utilidade pública, água e energia elétrica, e os restaurantes
20 universitários, que apresentaram uma queda porque estão ampliando a redução do primeiro
21 trimestre para o segundo trimestre. Então, a partir do segundo semestre estão com uma despesa
22 total que pode ser reduzida dependendo do andar da pandemia e de como a Universidade se
23 portar no segundo semestre. Como não tinham nenhuma certeza, optaram pela prudência de
24 manter como a Universidade podendo voltar ao seu ritmo normal. A outra mudança que já foi
25 citada, nas receitas próprias, é a diminuição dos R\$157 milhões que excluíram dos recursos
26 condicionados, e estão fazendo também atualização da receita própria da Universidade, com a
27 inclusão das doações da pandemia, tanto dos recursos que foram recebidos em 2021, como
28 alguns recursos de doações que não tiveram tempo hábil de ser executados no ano de 2020 e
29 seriam apresentados na primeira revisão de 2021. Esses recursos foram adicionados aqui,
30 imaginando que todas as despesas da Universidade estão aqui incluídas. Houve uma redução
31 de praticamente R\$23 milhões nas receitas, mas em compensação nas despesas uma redução de
32 quase R\$182 milhões, o que fez o déficit inicialmente orçado em R\$209 milhões baixar para
33 cerca de R\$50 milhões nesta primeira revisão orçamentária. A reserva estratégica, que é um
34 dado sempre apresentado, iniciou o ano por volta de R\$400 milhões, mas como a arrecadação
35 foi muito superior às previsões, estão fechando março com R\$515 milhões, aproximadamente.
36 Fica à disposição para qualquer questionamento. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA
37 diz que, como o professor Fernando já mencionou, abril também se manteve acima do patamar
38 previsto pela Secretaria da Fazenda. O crescimento nominal de abril deste ano para abril do ano
39 passado foi de 30%, e no acumulado de abril a abril, no período de 2021 para 2020, é de 18,8%
40 nominal. Então há um espaço muito grande no orçamento para progressão na carreira e também

1 para reajuste salarial, porque estão nos patamares mais baixos do comprometimento de folha
2 com salários dos últimos dez anos. Faz um acompanhamento do município, e para maio vinha
3 abaixo da previsão nas três primeiras semanas, mas na última semana recuperou e ficou 2,5%
4 acima da previsão em maio. Acha que o pior momento do fechamento do comércio nesse
5 período, pelo plano de São Paulo, já passou, na sua opinião. Então, os próximos meses vão ser
6 de recuperação na arrecadação. Acha que abril e maio vão ser os mais baixos por conta do
7 impacto do fechamento do comércio, mas a arrecadação está no patamar bem acima do que está
8 previsto pela Secretaria da Fazenda. E ainda o Cruesp não agendou a reunião de negociação.
9 Tem a polêmica da lei complementar 173, mas o Tribunal de Contas do Paraná já autorizou o
10 reajuste pela inflação; não está proibido pela lei complementar 173, segundo o Tribunal de
11 Contas do Paraná, de Minas Gerais. O de São Paulo está com uma visão, nesse aspecto,
12 diferente, mas acredita que equivocada. Na carreira já aceitaram, em todos os municípios os
13 questionamentos já foram feitos e o Tribunal de Contas de São Paulo já aceitou progressão e
14 promoção de carreira, não tem mais esse impedimento nem em São Paulo. Está faltando agora
15 o Tribunal de Contas aceitar o que está escrito na lei, e revisão salarial não está proibida, o que
16 está proibido é aumento real de salário, que não é o caso da proposta do Fórum das Seis, que é
17 8%, que é o que está colocado se considerarem os últimos dois anos. Essa reunião do Cruesp
18 com o Fórum das Seis é urgente para os trabalhadores não perderem tanto no salário quanto
19 perderam nos últimos cinco anos. A arrecadação está boa, as despesas estão controladas, então
20 não há por que não repassar para o salário. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que
21 colocará uma perspectiva histórica, que é sempre interessante na questão do orçamento, porque
22 traz uma lucidez muito grande às decisões deste Conselho. Em 2017, quando estava no assento
23 da PRDU, tinham uma projeção de que se a taxa derivada com a qual as reservas estavam
24 caindo, o saldo orçamentário estava caindo, continuasse naquela velocidade, teriam um possível
25 esgotamento desse saldo ao final de 2018, início de 2019. Portanto, foram necessárias ações e
26 sacrifícios intensos de toda a comunidade, e cita as próprias votações do Consu, a contribuição
27 inestimável dos diretores de unidade, que entenderam o problema sério, e sabe exatamente
28 como é difícil, estando na Administração Central, ser responsável pelo salário de 15 mil
29 pessoas, 15 mil famílias, porque estão com a folha de ativos e inativos. Qualquer frustração de
30 receita futura que coloque em risco a estabilidade dessas famílias é algo de grande
31 responsabilidade. E de fato conseguiram permear tudo isso, 2018 não foi o ano de catástrofe;
32 quando estavam em uma possibilidade da reversão da curva do saldo orçamentário, veio a
33 questão claríssima de uma crise que ninguém imaginava que pudesse acontecer, que é a crise
34 sanitária, que influenciou nos modos de consumo, influenciou na economia. E, de fato, depois
35 de alguns anos com essa crise esticada, acha que começa a surtir efeito esse sacrifício
36 institucional que foi feito. É claro que não estão dizendo que é para sair fazendo o que pode e
37 o que não pode, mas acha que é sim chegada a hora de distensionar tantos sacrifícios. É como
38 uma dieta, ela é possível durante um tempo, mas não é algo sustentável no longo prazo. Sabe
39 que existe um pleito muito grande da questão das progressões, mas não gostaria de olhar
40 somente a questão das progressões. Carreira é uma questão estratégica da Universidade, e desse

1 horizonte de 2017 para cá ocorreram várias reformas externas à Unicamp que afetaram muito a
2 questão de como a carreira evolui dentro da Universidade. A primeira foi a reforma
3 previdenciária, que trouxe o não acúmulo das GRs, por exemplo. Então todo aquele esforço
4 feito na questão específica das GRs trouxe também uma perspectiva de crescimento na carreira
5 para as pessoas que não tinham mais a incorporação de GRs. Recentemente, em outubro de
6 2020, não para os estatutários, mas para os celetistas, a Prevcom alterou muito dentro do estado
7 de São Paulo, e não existe mais a opção de Prevcom para os celetistas dentro das universidades.
8 Isso é gravíssimo e tudo isso tem de ser revisto. A carreira não é mais atraente para um docente
9 que quer entrar na Unicamp, é só comparar com as universidades federais, e isso é um jeito de
10 morrerem no médio prazo; não serem atraentes para esses jovens talentos é um grande
11 problema. Esse é um assunto, para além da Unicamp, que deve ser levado ao Cruesp, uma
12 revisão geral dos patamares da carreira. Hoje um docente que entra na Unicamp não consegue,
13 nem que ele queira, tocar próximo do que antigamente se criticava muito, que era o teto do
14 Governador. Precisam olhar essa questão, assim como a questão da evolução da carreira para
15 os funcionários. Se antes achavam que havia oportunidades extras de incremento, não há mais.
16 Então tudo isso, para muito além das progressões, precisa ser revisto, precisa ser distensionado,
17 e claro que não é uma questão de sair dizendo que no mínimo da derivada precisam sair fazendo
18 coisas, mas acha que precisam pelo menos iniciar as discussões de carreira, porque ela
19 provavelmente não vai ser rápida, e certamente não será para este ano. Mas precisam estar
20 preparados e reverter tudo isso de maneira muito bem planejada, muito bem pensada. E se
21 conseguiram evitar de deixar as 15 mil famílias sob esse risco, precisam fazer o foco no futuro.
22 Além do que foi dito aqui, observa que existe realmente muita controvérsia na interpretação da
23 lei complementar 173. Não sabe nos outros estados, mas a PGE, por exemplo, disse à SPPrev
24 que reposição na inflação é algo previsto. O que é estranho no caso da Unicamp, porque cuidam
25 das duas folhas, então estariam com problema, por exemplo, de paridade às avessas. É claro
26 que precisam olhar os pleitos de progressão, mas acha que não é um único assunto, precisam
27 analisar isso em médio e longo prazo, de forma bastante equilibrada, bastante consequente,
28 olhando como elemento estratégico da Universidade. O Conselheiro MARCO ANTÔNIO
29 GARCIA DE CARVALHO solicita mais alguns esclarecimentos sobre o que foi apresentado
30 nessa primeira revisão: às folhas 04 está citado sobre as emendas parlamentares que levarão
31 recursos aos hospitais. Esses valores estão na ordem de R\$12 milhões, e pergunta quanto desse
32 valor viria para a Unicamp. Às folhas 09, nas despesas do Grupo I, estão citadas novas
33 gratificações e designações que foram aprovadas, e pergunta qual a natureza delas. O próximo
34 esclarecimento se refere às folhas 11, na redução de despesas quanto ao Grupo VI. Houve
35 recentemente, em algumas reuniões, comentários de coordenadores de cursos relatando redução
36 de PEDs e PADs, então pergunta se essa redução da despesa está associada à redução do número
37 de pós-graduandos que atuam nos cursos de graduação. Sobre o último gráfico que o senhor
38 Thiago apresentou, que trata do saldo da Unicamp, diz que um olhar rápido sobre esse gráfico
39 mostra bem a redução da taxa de decaimento desse saldo ao longo dos últimos anos. Se olharem
40 alguns blocos atrás, veem uma queda muito mais acentuada do que se viu anteriormente, nos

1 anos próximos. Isso indica claramente que se tivessem seguido o mesmo ritmo de aprovação
2 de despesas realizadas há cerca de seis anos, estariam na linha vermelha do gráfico, na faixa
3 dos R\$200 milhões, que imagina ser o limiar de uma folha de pagamento. Então isso mostra a
4 importância desse freio para as finanças da Unicamp, sem menosprezar todo sacrifício que foi
5 feito pela comunidade. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que, de fato, o
6 otimismo sobre a atividade econômica e a arrecadação, em todos os níveis de governo, também
7 nos estados, nesses primeiros meses de 2021, é grande. É uma recuperação que já está vindo
8 um pouco melhor do que se previu, que revela que o impacto da pandemia neste ano de 2021,
9 apesar de ter sido, do ponto de vista sanitário, muito pior a situação, e tudo indica que terão
10 ainda um agravamento da pandemia, do ponto de vista da atividade econômica e da arrecadação
11 não. Existem fatores extraordinários, que não têm muito a ver com a atividade econômica, como
12 preço de combustíveis, preço de energia elétrica, que ajudam na arrecadação do ICMS. A
13 situação é boa, mas não é muito bom confiar, e particularmente pegar o dado de abril de 2021
14 com abril de 2020, que dá um resultado, como o senhor José Luis comentou, de 30% nominal,
15 e mesmo os quatro primeiros meses deste ano com os do ano passado. Acha um pouco perigosa
16 essa comparação porque o baque da pandemia em março, principalmente abril do ano passado,
17 foi o fundo do poço. Então evidentemente que, por comparação, vai dar uma diferença muito
18 grande. Apesar de ter havido alguma restrição à movimentação em abril deste ano, abril do ano
19 passado foi o único momento em que o Brasil chegou perto de um isolamento social que
20 prejudicou de fato a atividade econômica. Então, a situação está vindo melhor, mas acha
21 bastante complicado se fiarem nessa comparação ponto a ponto como se fosse possível
22 reproduzir essas taxas de crescimento. O professor Fernando Sarti comentou alguma coisa sobre
23 uma possível antecipação da segunda revisão para incorporar esse cenário novo de arrecadação
24 e de despesa, por uma possível reserva ou possível previsão de recursos com progressão na
25 carreira. Os comentários que foram feitos depois o deixaram em dúvida, então pergunta se há
26 alguma mudança de interpretação na lei complementar 173, se é uma controvérsia, se se trata
27 de uma previsão de arrecadação, porque sabem que a progressão na carreira é um processo
28 demorado. Pode até ficar tudo absolutamente reservado e começar a ser pago em janeiro de
29 2022, assim respeitariam a lei, mas já teriam garantido. A professora Marisa mencionou fatores
30 externos que mudaram a carreira para pior. Acrescenta que há um risco enorme de que também
31 o adicional por tempo de serviço esteja entrando nessa lista das propostas de reforma
32 administrativa que começam a ser discutidas. Nesse caso, o baque seria maior que o das GRs,
33 que é relativamente restrita ao grupo de professores e funcionários que exercem cargos
34 gratificados, porque o adicional por tempo de serviço é de todos, e até o começo do ano que
35 vem está interrompida a contagem de tempo, e isso também entra na lista de fatores
36 condicionantes negativos sobre as condições de remuneração na Unicamp. A Conselheira
37 ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que apesar de não ser economista, fica muito
38 contente de ver, depois de muitos anos, um discurso que não seja catastrofista vindo da
39 Administração Superior. Ano a ano vem acompanhando os discursos administrativos e eles são
40 sempre “cautelosos”; mas, na verdade, o que essa cautela trouxe até aqui foi essa enorme

1 desimportância, desqualificação da carreira. Então, acha muito interessante que coloquem no
2 quadro histórico, porque há dois anos ninguém se importava muito com isso. Acha que o gestor
3 tem de realmente planejar o futuro, e precisa planejar o futuro com algum tipo de respeito pela
4 história da instituição, e no caso da Unicamp houve muita luta para conquistar a carreira e ter
5 os salários dos docentes valorizados. E foi com essa luta e com essa carreira que a Universidade
6 se transformou no que ela é hoje. Então, congratula-se aqui com os colegas, porque considera
7 muito importante que passem a ter, como os colegas aqui falaram, uma nova visão sobre o que
8 significa planejar o futuro da Instituição, que não tenham mais uma visão de que o que importa
9 é uma disputa interna em relação à progressão. Acha que essa ideologia de disputa interna está
10 prejudicando mais do que as leis externas que os regem. Precisam ter direito, assim que tiverem
11 as condições de progredir, de progredir, e não de estabelecer uma disputa interna para ver quem
12 é que vai progredir. Esse pensamento neoliberal que se colocou aqui dentro, como se fossem
13 uma empresa, é péssimo para as pessoas, porque retira a condição dos colegas, de todos, de
14 terem o direito à progressão e de terem o direito a planejar suas vidas em relação àquilo que se
15 diz que é a carreira docente na Unicamp, que tem dois níveis MS-3, três níveis MS-5, e que,
16 em algum momento, alguns professores podem chegar a titular. Então esse tipo de visão interna
17 está corroendo mais do que as leis externas que chegaram recentemente e que espera que
18 consigam reverter em pouco tempo. O que não podem continuar a fazer é infringir esse tipo de
19 pensamento, de ideologia. Não é ação administrativa que pode ser explicada em termos do
20 contexto real, é óbvio, ninguém é maluco de propor coisas que não são possíveis de serem
21 feitas, mas não é possível que continuem com esse tipo de ideologia de promover uma disputa
22 interna pela progressão. Essa é uma questão que tem de ser pensada em termos de planejamento,
23 porque, em tese, todos os colegas que tivessem condições de chegar a MS-5.1, MS-5.2, MS-
24 5.3, deveriam ter esses direitos garantidos. Está falando da carreira docente porque é a que
25 conhece, da carreira dos funcionários desconhece as informações mais específicas. Então, louva
26 o discurso de um planejamento de futuro com base em valorização dos recursos humanos
27 internos à Universidade, porque já estão com falta disso há pelo menos quatro anos. O
28 Conselheiro FERNANDO SARTI agradece aos conselheiros por todos os comentários e
29 questões, que são importantes para, ao mesmo tempo, permitir que aprofundem algumas das
30 questões e atendam à demanda da comunidade. Não fez referência explícita à lei complementar
31 173, até porque o entendimento da Procuradoria Geral continua sendo que há sim o
32 impedimento na criação e no aumento de gastos, provocado por qualquer um dos movimentos,
33 entre eles a progressão profissional, então estão pensando em ações agora para adiantar,
34 coordenar os movimentos, mas os gastos são só para 2022. Colocaria também a vigência da lei
35 complementar no rol das incertezas, pois nada impede que ela seja modificada a qualquer
36 momento, diante de um conflito que está muito explícito entre governo federal e governos
37 estaduais. Mas, por enquanto, é essa restrição colocada. Entende que haja posições, tribunais
38 de contas diferentes, como foi citado pelo senhor José Luis em relação ao tribunal do Paraná,
39 mas não é o entendimento que têm observado aqui em São Paulo. O professor André já
40 respondeu a primeira questão do senhor José Luis quando ele faz a comparação abril contra

1 abril. Infelizmente acha que são os dois parâmetros que precisam sempre levar em consideração
2 dentro do Conselho: um é avaliar qual tem sido o comportamento da arrecadação efetiva em
3 relação à prevista e, obviamente, comparar a arrecadação de 2021 contra 2020. O problema é
4 que 2020 todos sabem que foi uma gangorra, por conta da pandemia. Se a arrecadação no
5 primeiro trimestre não foi tão afetada, a arrecadação do segundo trimestre foi bastante afetada,
6 então qualquer comparação que façam agora do segundo trimestre de 2021 em relação a 2020
7 tem de ser feita com cautela, assim como estão tomando a mesma cautela em relação à
8 comparação do primeiro trimestre. Sobre o que colocou a professora Marisa, entende que
9 quando estão falando aqui de uma retomada, estão se referindo a uma retomada da valorização
10 profissional como um todo, embora algumas dessas dimensões não fiquem apenas sob o
11 controle deste Conselho, desta Universidade, pois muitas dessas discussões terão de ser feitas
12 dentro do Cruesp, a começar pela questão do reajuste. No que diz respeito à progressão, há a
13 possibilidade, ainda que sujeitos à restrição da lei complementar 173, de discutir no Consu,
14 trazer uma proposta a depender de qual será a evolução da arrecadação no segundo trimestre,
15 dos recursos possíveis de serem utilizados na retomada dessa valorização profissional, que foi
16 um compromisso de campanha do professor Antonio Meirelles. Isso lhe parece decisivo, mas
17 compreende que a demanda de toda a comunidade vai além apenas da progressão, tanto de
18 docente quanto de servidores. Entretanto, reajuste, neste momento, é uma discussão que vai ter
19 de ser enfrentada dentro do Cruesp, não aqui. Acha que é notório que todos sentem,
20 infelizmente, uma certa desvalorização da carreira nesses últimos anos, por uma gama muito
21 ampla de fatores, inclusive a questão previdenciária, e como o professor André comentou, há
22 uma preocupação de que dentro das propostas das reformas, sobretudo a reforma tributária,
23 exista o risco da eliminação do adicional de tempo de serviço. Enfrentarão o que é possível por
24 enquanto, dentro do que está na alçada da Universidade, e acredita que a questão da progressão
25 docente e de servidores é factível se o comportamento da arrecadação seguir o que foi nesse
26 primeiro quadrimestre. Precisam considerar toda essa conjuntura e ter a devida precaução com
27 o comportamento nesse primeiro quadrimestre, dada essa gama de fatores e incertezas que estão
28 colocadas, mas se o segundo trimestre confirmar, será papel deste Conselho decidir se é hora
29 ou não de retomar o processo de valorização profissional, e coloca a progressão como uma
30 dessas medidas imediatas. O professor Marco Antônio pediu alguns esclarecimentos em relação
31 às emendas parlamentares para a área da Saúde, e solicita ao senhor Thiago que esclareça com
32 mais detalhes, mas observa que as doações em 2021 estão em um patamar muito inferior do
33 que estavam em 2020. Com relação à questão das designações aprovadas, dá o exemplo de uma
34 unidade que esteja trocando o seu coordenador técnico, que vai receber uma gratificação de
35 R\$2.100, sendo esse um valor hipotético, e essa pessoa entra com uma gratificação já
36 incorporada superior a isso; não haverá nenhum aumento em termos de despesa. Se, por outro
37 lado, a pessoa não tem nenhum valor incorporado, isso vai representar um aumento de R\$2.100.
38 Portanto, estão sempre, de alguma maneira, ajustando isso quando falam do orçamento. Um
39 outro ponto importante que deve ser considerado é que a tabela de gratificações que foi
40 aprovada pela Deliberação Consu-A-016/2019 é automaticamente orçamentada. Então a

1 previsão orçamentária para 2021 leva em consideração todas essas gratificações. Em relação à
2 questão do Grupo VI e à questão das emendas parlamentares, pergunta ao senhor Thiago se ele
3 possui algum número mais preciso para responder ao professor Marco Antônio. O senhor
4 THIAGO BALDINI DA SILVA diz que talvez possam alterar o texto nas próximas revisões,
5 porque ao mencionar “novas gratificações e designações aprovadas”, talvez isso induza a pensar
6 que houve aumento na tabela de gratificações. Esclarece que não ocorreu nenhuma alteração
7 nessa tabela de gratificações. Fizeram uma previsão baseada na folha de junho a setembro, para
8 entrar na proposta orçamentária. E agora na primeira revisão, com os dados fechados de janeiro
9 a março, conseguiram ver exatamente os patamares. Como as pessoas entram e saem, no
10 momento da proposta orçamentária alguma gratificação poderia estar desocupada, então as
11 tratam em uma previsão, só que agora ela entra como efetivamente ocupada, entra no novo
12 patamar. E também pode ocorrer, como o professor Sarti já citou, de uma unidade estar com
13 uma pessoa que tenha uma gratificação totalmente incorporada, e essa pessoa acaba saindo do
14 local, e entrando outra pessoa com esse valor novo, então nesse caso haveria um incremento
15 dos valores dentro da proposta, mas nenhuma gratificação, nenhum cargo efetivamente está
16 sendo criado. Sobre o Grupo VI, esclarece que não existe nenhuma redução de PEDs; não sabe
17 exatamente como isso é detalhado dentro das pró-reitorias, mas foram mantidos em 2021 os
18 valores de 2021, acrescidos de 14 PED B, nove PED C, que não sabe como são divididos entre
19 as unidades. No Grupo VI, além desses programas de bolsa, existe o programa de manutenção
20 predial, o programa de qualificação orçamentária, e até o Paeq, e esses três programas tiveram
21 uma redução de recursos quando apresentada a primeira revisão. A redução apresentada não é
22 nada relativo a bolsas, mas somente a esses programas que possuem tratativas como a do PQO,
23 em que há transferência para o custeio e realização do gasto no custeio. O professor Sarti já
24 falou bem das doações, e sobre as emendas parlamentares, explica que durante a aprovação da
25 LOA, em dezembro, houve uma movimentação entre os deputados de transferência de recursos
26 de outras rubricas, valores sobre os quais eles conseguem fazer os remanejamentos, e eles
27 remanejaram como uma emenda parlamentar para a Unicamp de R\$12 milhões. Esse valor seria
28 o valor integral que viria para a Universidade para os orçamentos, ele está para cobertura de
29 despesas dos orçamentos universitários da Unicamp. Só que durante todas as tratativas, e
30 quando o Poder Executivo, por volta do dia 16 de janeiro, lançou o decreto de execução
31 orçamentária, todos esses recursos que estavam sendo transferidos de emendas parlamentares
32 foram automaticamente contingenciados. O valor é totalmente contingenciado, ele entra como
33 recurso na mesma fonte do tesouro do estado, mas ele vem com uma suplementação em
34 paralelo. Então, esse recurso não veio, e até agora não existe nenhuma perspectiva de que esse
35 valor seja descontingenciado. Não sabe se com o possível aumento de arrecadação esses valores
36 venham a ser descontingenciados e isso venha à Universidade, mas por enquanto a informação
37 oficial é que eles continuam contingenciados. A experiência de anos anteriores diz que esses
38 valores que vêm por orçamento dificilmente são recebidos pela Universidade, é um recurso cuja
39 chegada não é fácil, não é tão automático quanto apresenta a LOA, ainda mais nesse caso que
40 foi contingenciado. Então, é um recurso que vale a pena até olhar, mas não podem confiar muito

1 que ele venha, apesar do aumento de arrecadação. Comentando um pouco do que o professor
2 André Biancarelli citou, além de não ser possível fazer essa comparação deste trimestre de 2021
3 com o de 2020, que foi pico da pandemia, também precisam tomar muito cuidado ao fazer a
4 comparação até com os outros meses, porque de junho a dezembro viram uma recuperação
5 histórica. Mas não sabem como será em 2021, porque esse novo patamar de arrecadação é
6 causado por efeitos da pandemia também, com acréscimo forte de gastos de supermercado, por
7 exemplo, que altera essa composição de ICMS. Então, no final da pandemia talvez isso também
8 tenha uma nova acomodação, portanto não podem imaginar hoje que o segundo semestre terá
9 uma forte recuperação. Provavelmente ele vai manter esse patamar ou um crescimento um
10 pouco mais normal, caso esse patamar se mantenha nesse trimestre. A pandemia, de fato, quase
11 não impactou nesse primeiro semestre de 2021. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz,
12 respondendo ao professor André, que concorda plenamente com a sua análise, e reforça a ideia
13 do grau de incerteza ainda existente com relação ao comportamento da economia, em particular
14 com o da arrecadação. Estão reativando a Comissão de Acompanhamento Econômico - Cplae
15 dentro da PRDU, e convoca o professor André a participar, sabendo que ele já participava do
16 grupo anterior. É fundamental que contem com profissionais experimentados e conhecedores
17 do tema, porque além do que o professor André fez referência, a evolução do combustível, da
18 energia, que certamente explicam em grande medida a variação da receita para esse primeiro
19 quadrimestre, há também uma discussão já bastante avançada sobre a reforma tributária, e acha
20 que essas questões devem ser cada vez mais tratadas dentro da Universidade e também no
21 âmbito do Cruesp. Portanto, mais do que nunca a reativação da comissão se torna importante.
22 Em relação às observações da professora Anna Bentes, realmente a ideia é ter uma posição o
23 mais serena possível, não querem falar em catástrofes, assim como não querem falar também
24 de uma forma ufanista, muito menos ingênua. Acha que o momento ainda exige sim, talvez
25 esse termo possa parecer excessivamente conservador, cautela diante de tudo que foi exposto,
26 mas a professora Anna foi na direção perfeita, é papel da PRDU recuperar a sua função de
27 planejamento. Não cabe à PRDU ser apenas uma instância operacional. E a própria ideia de
28 reativar a Cplae vai nessa direção de recuperar esses instrumentos de planejamento. Acha que
29 o planejamento evita realmente essas posições extremadas de um ou de outro lado, e dá
30 legitimidade às decisões tomadas no âmbito do Conselho Universitário. Portanto, quanto mais
31 instruído, mais informado, melhor o Consu tomará as decisões. A Conselheira HELOISE
32 OLIVEIRA PASTORE diz que comentará as falas das professoras Marisa e Anna Bentes. Inicia
33 pela professora Anna Bentes, dizendo que todos aqui olham com muita alegria os números
34 apresentados pelo professor Sarti e pelo senhor Thiago, mas a preocupa um pouco esse discurso
35 de retomada sem catastrofismo, principalmente porque não achava que era catastrofismo o
36 discurso anterior. Precisam lembrar que promoções na Universidade, quaisquer que sejam, são
37 feitas pelo mérito, com concurso, com uma análise, a Unicamp não é uma universidade federal,
38 onde o progresso ocorre automaticamente ao longo do tempo. O progresso na carreira acontece
39 baseado em análises muito bem parametrizadas e muito bem feitas, e precisam manter isso.
40 Apesar de concordar com o discurso de distensionamento das questões econômicas e

1 financeiras na Universidade, preocupa-a demais que em nenhum momento até agora tenham
2 falado sobre as condições de trabalho dos colegas, então deseja tomar esse ponto. Estão
3 chegando a um ano e meio parados, existem laboratórios que ficaram parados por esse tempo
4 todo, equipamentos estão precisando de ajuda para voltar a funcionar, e fala isso muito
5 tranquilamente porque voltaram no seu laboratório vagarosamente, em agosto, e já teve de fazer
6 enormes revisões graves em dois equipamentos, muito custosas. Então não é só uma questão de
7 salários, que apoia, mas precisam retomar as condições de trabalho de todos, em especial dos
8 colegas mais novos, que não têm o colchão de apoio que os mais velhos, os mais experientes
9 possuem. Nenhum dos cursos da Universidade, tanto quanto saiba, subiu no *ranking* da Capes;
10 todos ficaram na mesma situação. Nos *rankings* internacionais, por outro lado, a Unicamp caiu,
11 o que é muito grave, e custa muito subir. No ano que vem, tem quase certeza de que a USP vai
12 estar entre as 100 melhores universidades do mundo, e a Unicamp está acima de 400; e estavam
13 muito bem há um tempo atrás. Então vai exigir um esforço que obviamente depende de estarem
14 confortáveis em termos salariais, mas precisam ter condições de trabalhar tranquilamente.
15 Então, todo esse conforto financeiro que aparentemente possuem agora não pode ser só olhado
16 em termos de salários, em termos de retomada de construções que podem esperar um pouco
17 mais; precisam pensar na infraestrutura de trabalho dos docentes, em especial dos docentes que
18 têm exigências de laboratórios. É preciso que a PRP tenha alguma maneira de amparar os
19 docentes mais necessitados. A Unicamp está caindo no *ranking*, e isso prejudica quaisquer
20 atividades de internacionalização, alunos no exterior não vão sequer olhar para cá. A diferença
21 que vai existir entre a Unicamp e as outras universidades paulistas do estado vai aumentar
22 muito, até a Unesp melhorou. Pergunta o que aconteceu com a Unicamp; alguém precisa estudar
23 em comparação com as outras universidades o que a Unicamp não fez, e qual a causa dessa
24 queda. Insta esta nova Administração a olhar também esse lado, também esse ponto de vista.
25 Se alguns docentes trabalham na pesquisa muito bem em *home office*, quem é da Química,
26 Engenharia, Física e outras ciências que exigem laboratório, exigem atividades práticas,
27 precisam dos seus alunos dentro dos laboratórios, e os laboratórios funcionando. Sobre a
28 retomada, podem conversar no Expediente, mas destaca aqui que precisam de apoio financeiro.
29 O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que já tinha se manifestado sobre esse assunto
30 na reunião da CAD, mas ouviu atentamente as falas aqui na reunião do Consu e resolveu que
31 deveria fazer uma manifestação novamente. Ouvindo tudo o que foi dito, podem concluir que
32 as incertezas são certas e que em tempos de pandemia, o comportamento da economia foi
33 melhor do que o que estava previsto, já que o estrago no comportamento da arrecadação no
34 Estado de São Paulo não foi tão ruim como era previsto. Sabem que na vigência da pandemia
35 se faz necessária a imposição de medidas de restrição, e elas afetam a economia. Viram isso no
36 mundo inteiro, e aqui não foi diferente. Acha que a diferença que observam no Brasil em relação
37 ao mundo civilizado, onde o governo não é negacionista, é que se levarem a sério as medidas
38 de restrição, existe um bônus, mas aqui houve ônus, porque as medidas não foram tão seguidas
39 por conta de negacionismo. Mas também viram que no mundo civilizado, quando os governos
40 lançaram medidas de restrição, eles também lançaram mão de medidas de apoio para fortalecer

1 a economia, para não acontecer a quebraadeira que se imaginava, e apoiar as populações
2 vulneráveis, coisa que também não foi tão bem feita aqui no Brasil, embora tenha sido
3 concedido o auxílio emergencial, que em um primeiro momento foi bom, em um segundo
4 momento não tão bom assim, e também tenha havido injeção de recurso na economia. A lei
5 complementar 173 forneceu ajuda financeira aos estados e municípios, mas também impôs
6 contrapartidas, barrando contratações, que só são possíveis em casos excepcionais, impedindo
7 progressão, dissídio e reajuste dos auxílios alimentação, educação e educação especial, que
8 estão congelados. Há interpretações divergentes sobre se devem ou não seguir a lei
9 complementar 173, mas a Unicamp a seguiu em 2020 e está seguindo em 2021. Há a questão
10 do congelamento do quinquênio e sexta-parte, que nesse caso não tem reflexo no futuro, mas
11 os itens que mencionou anteriormente terão reflexo no futuro sim, e eles têm influência nesse
12 resultado bom que está sendo apresentado na revisão orçamentária. Há a questão do fechamento
13 da grande parte da Universidade, que obviamente diminuiu o custeio, a reforma da previdência
14 estadual, que mudou a alíquota; tudo isso influencia no orçamento, por isso o número bom que
15 estão vendo agora. Boa parte vai ter influência no futuro quando a lei complementar 173 não
16 mais estiver em vigência, mas isso avaliam depois. Reforça que tudo isso ajudou bastante, e
17 todos os funcionários e docentes ajudaram a pagar essa conta. Com relação à reserva, observa
18 que nos últimos anos ela serviu para cobrir o déficit, e para avaliar se estão usando muito ou se
19 estão usando menos, precisam olhar a despesa e a receita. Obviamente a diminuição de gastos
20 terá influência no valor que será utilizado da reserva, e se aumentam a receita, também usarão
21 menos a reserva, então precisam olhar as duas coisas, não é só olhar a questão do gasto. Nos
22 últimos anos, observam que as coisas andaram juntas: houve diminuição de gastos, inclusive
23 com medidas polêmicas, mas também houve aumento de arrecadação. Ou a previsão foi ruim
24 e ela não se concretizou, então tem de ser olhado o pacote inteiro. Falaram bastante das
25 progressões nas carreiras, e não se refere normalmente à carreira docente, pois seu foco é na
26 Carreira Paepe, a qual acompanha há muitos anos, e participou de quase todas as últimas
27 revisões que aconteceram nos últimos anos, em várias gestões. Carreira e progressão Paepe são
28 assuntos bastante complexos, bastante delicados, precisam ser analisados com bastante cuidado.
29 Nos últimos anos, tem defendido um programa de gestão de desempenho; avaliar desempenho
30 e então verificar se há mérito ou não, e a palavra “mérito” não pode ser ignorada, e quando a
31 pessoa comprova o mérito e ele no ranqueamento cabe no tamanho do recurso, ela progride.
32 Mas só fazem isso, uma avaliação para fazer ranqueamento para definir se tem ganho ou não,
33 e acaba aí a conversa. Acha que precisam avançar um pouco nessa discussão, precisam de um
34 programa para fazer gestão do desempenho, porque carreira com certeza é estratégica, é um
35 assunto bastante importante que está muito ligado ao desenvolvimento da Universidade. Isso é
36 inegável, mas precisam evoluir bastante nessa discussão. Nos últimos anos, não fizeram
37 avaliação de desempenho, criaram algum instrumento para definir se a pessoa tinha ou não
38 condição de ter ganho, só isso. Nas últimas progressões, não avaliaram desempenho, apenas
39 utilizaram o IAC ou o relatório circunstanciado para fazer o tal do espalhamento, porque a
40 queixa nos últimos anos era que as pessoas estavam achatadas, grande parte dos funcionários,

1 na maior parte, estão todos no nível inicial da carreira. Então, são elementos bastante
2 importantes que precisam ser analisados com bastante cuidado. A Conselheira CLAUDIA
3 MARIA BAUZER MEDEIROS diz que apoia a proposta da professora Marisa, que a Unicamp
4 leve ao Cruesp a demanda de rever todos os níveis da carreira, como parte de um planejamento
5 de longo prazo. Todos sabem que o orçamento é resultado de planejamento de longo prazo,
6 baseado em estimativas, em cenários passados, e por isso a gestão anterior e outras gestões
7 realizaram reformulações, cortes, e ninguém gosta de cortes. Estão, de uma certa forma, se
8 beneficiando de algumas das economias que foram feitas baseadas no planejamento anterior, e
9 assim como o professor Sarti falou, precisam continuar planejando, mas agora esse
10 planejamento é baseado em uma situação totalmente incerta. Como inclusive mencionou a
11 professora Heloise, não se trata de manter, como vinha sendo feito ao longo dos anos, várias
12 atividades, mas retomá-las, principalmente considerando, como também mencionou a
13 professora Heloise, os docentes mais jovens, que ainda não possuem um colchão que os apoie
14 com relação às incertezas. Lembra que muitas pessoas tiveram corte de gratificação, incluindo
15 inúmeros docentes, e quando o senhor Thiago respondeu ao professor Marco Antônio sobre a
16 questão das novas gratificações, ele disse que o texto que está escrito na proposta orçamentária
17 não é um texto adequado e deveria ser outro, para melhor explicar que não são novas
18 gratificações. Pergunta qual é o texto que deveria estar escrito na proposta orçamentária para
19 dizer que isso são gratificações que estavam sendo utilizadas por pessoas presentes, foi isso que
20 entendeu da explicação, havia pessoas que estavam utilizando essas gratificações e continuam
21 sendo beneficiadas por essas gratificações, e de repente houve um aumento e isso se tornou
22 “novas gratificações”. Pergunta qual seria o termo mais adequado para descrever, em vez de
23 “novas gratificações”. O Conselheiro MARCO ANTÔNIO GARCIA DE CARVALHO
24 agradece os esclarecimentos do senhor Thiago e do professor Fernando, mas continuou um
25 pouco com essa questão ainda que a professora Cláudia colocou agora ao final. Talvez o texto
26 tenha dado sim essa ideia de que foram criadas novas gratificações, mas entendeu que não foram
27 criadas. Talvez o texto possa ser “gratificações aprovadas”. Talvez como procedimento
28 institucional, ao final do primeiro semestre, possam colocar uma tabela, uma lista, no portal da
29 transparência, das gratificações que foram aprovadas neste ano, nessa mudança de gestão.
30 Talvez seja um bom exercício de transparência que de tempos em tempos tenham esse fluxo,
31 colocar que antes era isso, agora é aquilo. Entende também o que o senhor Thiago comentou
32 que quando há gratificação incorporada envolvida, o valor efetivamente pago para alguns é
33 diferente de outras pessoas, então entendeu que a resposta tem a ver com essa justificativa.
34 Portanto, uma sugestão para a Aeplan é que talvez ao final do semestre, quando a coisa está
35 mais em regime permanente, coloque uma visualização do que era antes e de como ficou neste
36 ano de 2021. Sobre os PEDs, entendeu também a justificativa, portanto não houve efetivamente
37 redução nos valores PED, e solicita que a professora Rachel, talvez no expediente, comente um
38 pouco sobre os PEDs, porque em uma reunião ocorrida na semana passada, três unidades
39 relataram redução da quantidade de PEDs. Por último, solicita que seja feito um informe à
40 comunidade, aproveitando agora o mês de maio, que pudesse esclarecer sobre o entendimento

1 Unicamp da lei complementar 173, no que diz respeito ao impedimento de fazer reajustes,
2 impedimento ou não de fazer progressões, sobre contagem de tempo. Alguns colegas mais
3 novos, em que pese toda exposição que esse assunto já teve desde o ano passado, se
4 surpreenderam recentemente quando consultaram o sistema de vida funcional e perceberam que
5 as suas licenças-prêmio foram postergadas em função desse período que não será contado. O
6 Conselheiro ALVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ diz que, em relação ao que o professor
7 Marco Antônio acaba de levantar, sobre a lei complementar 173, o professor Sarti na sua
8 exposição fez um comentário a respeito da interpretação predominante no Estado de São Paulo,
9 e a este respeito fará uma observação. A interpretação que foi adotada na Unicamp a respeito
10 da lei complementar 173, a partir de parecer da Procuradoria Geral, coincidia com uma certa
11 maneira conservadora, a seu ver, de conceber a administração financeira da Universidade e com
12 um impulso precedente que em um contexto de agravamento da crise, ia no sentido da
13 suspensão de contratações, de concursos, e que via as progressões como um problema. Nesse
14 sentido, essa interpretação, ao coincidir com uma política vigente na Universidade, forneceu,
15 na verdade, um alibi que permitia adotar uma política contracionista, sem assumir o ônus
16 político decorrente dessa política. Espera que as coisas estejam mudando na Universidade, e
17 que estejam em condições de se encaminhar a uma política financeira menos conservadora e
18 contracionista. Observa que as interpretações referentes à lei complementar 173 no Estado de
19 São Paulo começam claramente a mudar. Isso se expressa em um ofício do gabinete do vice-
20 reitor da Universidade de São Paulo, datado de 04 de março de 2021, que muda a interpretação
21 dessa lei, especificamente no que diz respeito ao artigo 8º, inciso I, que versa justamente sobre
22 a progressão nas carreiras públicas, e faz isso com base no parecer 27 de 2020 do Senado
23 Federal, os pareceres das procuradorias estaduais citados aqui pelo senhor José Luis, mas,
24 principalmente, pelo parecer 58/2020 da Procuradoria do Estado de São Paulo, que permite
25 considerar possível a efetivação das progressões das carreiras públicas, desde que encontre
26 previsão em legislação anterior ao dia 31 de março de 2020. Se estão cogitando mudanças
27 importantes na orientação da administração financeira da Universidade, é o momento de uma
28 revisão e atualização da interpretação da lei complementar 173. Outro ponto é que começaram
29 a discutir o processo de progressão na carreira docente, e lembra que existe um passivo, que
30 são os processos de progressão realizados e completados antes da promulgação da lei
31 complementar 173, mas que por ocasião da lei complementar 173 foram retirados da pauta da
32 Cepe de junho de 2020. Está se referindo aos casos de professores que realizaram todos os
33 processos, que tiveram esses processos de progressão horizontal, mas também vertical,
34 homologados pelas suas congregações, e que tiveram a documentação toda enviada para a
35 Administração Central para homologação e implementação. Apenas no caso do Instituto de
36 Filosofia e Ciências Humanas, são dez casos de professores que tiveram as suas progressões
37 suspensas nessas circunstâncias. Acha que essa deve ser uma das prioridades quando da
38 discussão a respeito da progressão nas carreiras docentes, e observa que se trata de recursos
39 definidos em orçamentos anteriores, de 2019 e 2020. O Conselheiro PAULO ADRIANO
40 RONQUI diz que, para corroborar essa questão do passivo, há também os processos que

1 estavam em curso, além desses que já tinham passado pelas congregações, os processos que
2 estavam em curso e estão parados nas unidades. No Instituto de Artes, existem 22 processos
3 parados, com todos os documentos, que estão aguardando a retomada dessas progressões. O
4 Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz, enfatizando a fala da professora Heloise, que todas
5 as ações com relação à carreira, salários, infraestrutura etc., precisam considerar o objetivo de
6 que a Unicamp retome sua projeção nacional e internacional que talvez ela esteja perdendo. Só
7 assim ela vai poder continuar a exercer a repercussão e o seu papel na sociedade brasileira.
8 Lembra que todas essas questões, todos esses percalços, já foram vividos em outros períodos.
9 Cita um exemplo dos anos de 1980, uma estratégia – que não está defendendo, apenas citando
10 como exemplo – que impulsionou muito a Universidade, o empréstimo que o Reitor à época,
11 professor Paulo Renato, fez junto ao BID, e com esse empréstimo foram comprados itens
12 importantíssimos para a infraestrutura de toda a Universidade. Recorda-se que na Feec isso teve
13 um impacto extremamente positivo. Então, tudo isso faz parte de uma visão de futuro que
14 devem ter para a Universidade, e agora precisam fazer novas reflexões, porque a pandemia
15 trouxe questões com as quais nunca se depararam antes. Devem começar a trabalhar nisso o
16 quanto antes. A questão financeira é importante, todos esses pontos são importantes, mas
17 precisam ter um norte. O MAGNÍFICO REITOR diz que talvez fosse interessante o professor
18 Fernando e o senhor Thiago deixem claro em que período essa revisão orçamentária afeta o ano
19 de 2021, para pensarem na questão das GRs colocadas pelo professor Marco Antônio em
20 relação ao ponto em que essa questão afeta o orçamento de 2021, só para ficar bem claro quais
21 são os meses considerados nesse cálculo. O Conselheiro FERNANDO SARTI agradece aos
22 conselheiros pelas perguntas e contribuições, que sempre permitem que aprofundem questões
23 que são tão importantes para a vida da comunidade universitária. A professora Heloise toca em
24 um ponto que lhe parece relevante e que vai totalmente em direção à orientação da atual gestão,
25 que é a ideia da valorização profissional. Fica bastante contente de ver essa convergência dentro
26 do Conselho, de que realmente precisam priorizar a questão da valorização profissional, que
27 vai muito além apenas da questão salarial, ainda que esta seja relevante. Quando falam de
28 valorização profissional, estão falando da questão salarial, da progressão de carreira, de
29 infraestrutura, de um plano de retomada às atividades dentro daquilo que depois vai ser tratado
30 aqui, a partir do Plano São Paulo, a partir do que as condições permitem, seguindo as
31 orientações dos especialistas. Concorda perfeitamente com a ideia e a visão de valorização
32 profissional da professora Heloise. Ao mesmo tempo, preocupa-lhe também a questão do
33 *ranking*, a construção e a instrução das informações dos indicadores do *ranking* está sob a
34 responsabilidade da PRDU, isso desde o primeiro momento a gente, a coordenação que nós
35 procuramos os responsáveis e algumas informações inclusive nos preocupam. Para um dos
36 *rankings* de que a Unicamp participou, terão de entregar agora os resultados, em um período
37 muito curto. Trata-se do *ranking* da sustentabilidade, baseado nas 17 ações da ODS de
38 desenvolvimento sustentável. Infelizmente, a Unicamp entregou só três, estão tentando
39 entender o porquê disso, enquanto a USP, por exemplo, entregou as 17. Então, é claro que em
40 um ranqueamento entre USP e Unicamp, isso tem uma diferença importante, mas é o

1 compromisso da gestão buscar, municiar o melhor possível a elaboração, porque inclusive o
2 ranqueamento tem muito a ver com as informações que chegam para eles. É papel da
3 Universidade prestar contas à sociedade do que vem sendo feito, de todos os indicadores, isso
4 exige um esforço de toda a comunidade, e a PRDU está muito empenhada em realmente atender
5 a essas solicitações, às demandas em torno desses indicadores, porque acha que isso também
6 ajuda. Lógico que a produção, os conteúdos por trás desses indicadores são fundamentais, mas
7 não adianta só produzi-los e não informá-los devidamente às instâncias adequadas. Com relação
8 à intervenção do senhor Adilton, a quem também agradece pelas observações, diz que está claro
9 que o uso das reservas depende de como evolui o saldo, portanto, as receitas e despesas. Ele
10 articulou bem a ideia, e trouxe outra informação importante, na mesma linha do que a professora
11 Heloise tinha colocado, de pensar a valorização profissional, e muito além, e trazendo algumas
12 contribuições importantes, entre elas a ideia de melhorar a avaliação do desempenho. Há esse
13 esforço todo que foi feito dentro dos dois GTs em termos de avaliação de desempenho, da
14 complexidade das funções, que é fundamental, e estão retomando isso. A ideia é realmente fazer
15 a discussão da carreira ao longo do segundo semestre, para que tenham uma normatização, um
16 instrumento importante para aplicar já a partir de primeiro de janeiro de 2022, se até lá estiver
17 vigente a lei complementar 173. Acrescentaria que não se trata apenas de avaliar o desempenho
18 e a complexidade para pensar em termos da progressão e da carreira, mas também é função da
19 Universidade ter uma política de capacitação dos seus profissionais. Acha que precisam investir
20 muito nisso, até para sanar algumas das fragilidades que encontram nesse processo de avaliação.
21 A professora Claudia colocou, reforçando a proposta da professora Marisa, a questão de rever
22 os níveis de carreira, que acha importante também, pois vai na linha da valorização profissional.
23 Comunga com essa ideia, ela está na prioridade da atual gestão, e mais uma vez fica contente
24 com essa convergência. A professora Claudia também fez referência ao planejamento, e trouxe
25 a questão das gratificações e designações. O senhor Thiago vai poder aprofundar mais isso, mas
26 esclarece que quando montaram o orçamento para 2021, tomaram por referência todos os gastos
27 em 2020, fazendo as devidas adequações, da mesma maneira que projetam as receitas. A revisão
28 orçamentária que estão submetendo hoje a este Conselho é uma visão orçamentária com base
29 nos números do primeiro trimestre de 2021. Isso é muito importante, pois é onde constam quais
30 foram os gastos efetivos em termos de salários, em termos de gratificações no período,
31 utilizando como referência 2020 e adequando com o que efetivamente se verificou neste
32 primeiro trimestre de 2021. Portanto, estão tendo como referência ainda a antiga gestão, e nem
33 poderia ser diferente, já que estão fazendo a primeira revisão orçamentária. O professor Marco
34 Antônio volta a essa questão das gratificações, e ele deu uma sugestão importante, de talvez
35 listar as designações aprovadas. Só insiste na questão de que faz parte do processo de construção
36 do orçamento colocar todas as aprovações deste Conselho. Então, ressalta que em maio de 2019
37 este Conselho aprovou pela Deliberação Consu-A-016 um novo quadro de designações e
38 gratificações. A partir dessa aprovação, no orçamento de 2020 essas gratificações e designações
39 foram devidamente orçamentadas, da mesma maneira que para realização do orçamento de
40 2021 estão se baseando nessa deliberação Consu de 2019. É função da Aeplan e da PRDU olhar

1 para esse orçamento a partir das deliberações do Conselho Universitário. A ideia de uma lista
2 de gratificações vai na linha de um planejamento, de uma legitimação, de uma transparência
3 que acha que devem ser o tempo inteiro seguidos. Entende isso como uma questão importante.
4 Em relação à posição da lei complementar 173, vai solicitar à doutora Fernanda que comente a
5 posição da PG; não cabe à PRDU se posicionar, pois ela segue a orientação da Procuradoria
6 Geral, e não sabe dizer se a visão sobre a lei seria conservadora ou não. Do ponto de vista da
7 política financeira, anunciaram desde o primeiro momento a tentativa de combinar um binômio
8 que era uma responsabilidade fiscal com uma responsabilidade social, é esse o objetivo e é uma
9 determinação que o Reitor lhe passou, de que busquem o mais rápido possível resolver, quando
10 as condições financeiras forem favoráveis. E é isso que está tentando passar hoje a este
11 Conselho, que há uma perspectiva de melhoria, com elementos bastante favoráveis de que ela
12 se consolide, e é essa a expectativa. Havendo a consolidação dessas condições, será trazido o
13 assunto para o Consu avaliar, após aprovação na COP e na CAD, e se comprometeram até uma
14 antecipação da segunda revisão orçamentária se realmente essas condições de mostrarem
15 melhores, ou seja, mantendo uma inflexão no que tinha sido uma projeção pessimista adotada
16 inclusive pelo próprio governo do estado e que está sendo, aos poucos, de alguma maneira,
17 contestada pelos fatos. E se esses fatos seguirem na direção de que realmente há espaço para o
18 mais rapidamente possível retomarem uma valorização profissional, as falas anteriores parecem
19 mostrar que há um consenso de que devem retomar o mais rápido possível essa valorização
20 profissional. Então, podem ter certeza que a política financeira da Universidade não vai ter esse
21 caráter contracionista, vai ter um caráter de equilíbrio, que busca conciliar essas duas
22 dimensões, a responsabilidade fiscal e a social. Os professores Paulo Ronqui e Alvaro Bianchi
23 mencionaram o que chamaram de passivo, esse estoque nos processos já em andamento. Tudo
24 isso está sendo devidamente avaliado, já foi montado um grupo técnico para estudar e
25 apresentar o mais rápido possível a solução institucional, que vão precisar combinar com as
26 condições financeiras. O professor Léo se manifestou na mesma direção, da importância de um
27 planejamento para que a Universidade recupere sua projeção nacional e internacional, que julga
28 também ser interesse de todo o Conselho Universitário. Pergunta ao senhor Thiago se ele teria
29 mais algum esclarecimento. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que quando os
30 processos de progressão de 2019 foram interrompidos, em 2020, em razão da lei complementar
31 173, a Aeplan nunca imaginou que esses recursos estariam sendo cortados, e que em 2022 isso
32 volta sem nenhuma liberação nova de recursos. Esses recursos não foram tratados em 2021,
33 uma vez que eles não podem acontecer, pelo entendimento atual da lei complementar 173, mas
34 em 1º de janeiro de 2022 a Aeplan vai entrar com esses valores desses acréscimos, e essas
35 progressões referentes ao processo de 2019 vão estar garantidas. Nunca trabalharam com uma
36 nova necessidade de aprovação desses recursos. Como o professor Fernando Sarti disse, as
37 novas progressões que ele trouxe nesta reunião seriam baseadas nos programas de 2021 e 2022,
38 não nesse passado. Assim como garantem os recursos de custeio, também garantem esse de
39 pessoal, só não estão sendo lançados aqui porque não estão de acordo com a lei complementar
40 173. O texto está apresentando novas gratificações e designações aprovadas, e como a

1 professora Claudia perguntou qual seria sua sugestão de texto, acha que poderia ser:
2 “Aprovação de gratificações e designações nas câmaras competentes”, e poderiam incluir
3 “contendo as gratificações da deliberação Consu-A-016/2019”, porque o que gera essa
4 confusão atualmente é que colocam “novas gratificações”, mas a tabela de gratificação não
5 mudou. No entanto, verificaram a folha em setembro, outubro, e até o mês de março passaram
6 diversas certificações durante esse período. A certificação tanto propõe criação de alguma GR
7 dentro de uma unidade, como ela extingue algumas, e fazem essas alterações. Algumas são
8 superiores, outras têm valores inferiores ao que existia anteriormente. É isso o que colocam
9 como novas gratificações, mas entende que pode parecer, por esse título da tabela, que estão
10 aumentando o número de gratificações, o que não é verdade. Sobre a sugestão de incorporação
11 de valores disso, nunca pensaram em fazer, mas observa que as docentes aparecem no
12 expediente da CAD, e as de Carreira Paepe, a CIDF, dentro da PRDU, já apresenta uma tabela
13 no final de cada reunião, com essas alterações. Na última reunião, de maio, ela apresenta o
14 incremento mensal, incremento anual de encargos, fazendo todas as mudanças de gratificação.
15 Portanto, de um jeito ou de outro, isso está sempre tendo um incremento e uma redução. É um
16 número que já vem sendo apresentado pela CIDF, mas podem na próxima revisão fazer a
17 somatória desses valores e trazer o dado mais atualizado para ciência do Conselho. A
18 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS pergunta se isso se trata de uma
19 diferença de cálculo de gratificações certificadas, em função da Deliberação Consu-A-
20 016/2019. Ou seja, não houve em nenhum lugar nenhuma gratificação associada a algo não
21 certificado. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA responde que sim; não houve nenhuma
22 criação. A Deliberação Consu estabelece valores totais, e trataram mais do individual, dentro
23 de cada unidade, do que aumentou ou diminuiu, mas está tudo dentro daquela tabela. Ressalta
24 que não houve nenhuma criação de um novo cargo gratificado ou que aumente aquela tabela.
25 A doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a interpretação que foi
26 dada pela Procuradoria Geral com relação à lei complementar 173, desde o início da vigência
27 da lei, foi cautelosa, sempre conversando com a USP e a Unesp, e sempre acompanhando os
28 entendimentos do Tribunal de Contas do Estado e do Judiciário. Portanto, sempre caminharam
29 em conjunto nessa interpretação. Mais recentemente a USP mudou seu entendimento com
30 relação à progressão, com base no parecer citado pelo professor Alvaro, parecer da PG 58/2020,
31 mas esse parecer trata especificamente da carreira dos delegados de estado, foi um parecer
32 muito específico, não foi um parecer sobre progressões na carreira dos servidores públicos.
33 Então, tanto Unicamp como Unesp entenderam por bem manter o entendimento anterior, mais
34 cauteloso. A Unicamp mais ainda, porque o assunto foi judicializado pela ADUnicamp, e a
35 Universidade obteve uma sentença favorável de procedência em primeira instância. Com
36 relação ao reajuste, o artigo 8º, inciso I, da lei complementar é muito claro ao vedar qualquer
37 concessão de reajuste. A orientação do Tribunal de Contas do Estado é também nesse sentido
38 de vedação, que não seria possível conceder reajuste. Mas, de qualquer forma, agora próximo
39 à data-base, os jurídicos das três universidades vão se encontrar para discutir o assunto. Mas é
40 importante lembrar também que o Supremo Tribunal Federal, em uma ADI que tratou

1 exatamente da constitucionalidade do artigo 8º, também já se pronunciou pela
2 constitucionalidade do artigo, sobre todos os incisos. O MAGNÍFICO REITOR diz que a
3 Administração, consoante com a ideia de que precisam evitar, por exemplo, os problemas que
4 foram mencionados pela professora Heloise, como queda nos *rankings*, e pensando na questão
5 da valorização dos profissionais, tomou já há um certo tempo três decisões, e ontem foram
6 confirmadas duas delas. É importante mencionar, até porque possuem como objetivo que essas
7 questões sejam resolvidas no Consu de agosto. Caso haja alguma dificuldade de tempo, porque
8 o Consu de agosto está previsto para o dia 03, logo no início do mês, se houver alguma
9 impossibilidade em função da necessidade de passar por comissões, um Consu extraordinário
10 será convocado no mês de agosto para decidir questões referentes às progressões. Então, são
11 quatro questões paralelas que afetam as carreiras, Paepe, MS - vai fazer uma observação sobre
12 as outras carreiras da Unicamp -, e também a questão do passivo das promoções. Em relação à
13 Carreira Paepe, montaram um grupo que tem 45 dias para emitir uma posição, o objetivo é que
14 ela passe pelas comissões em julho, e que seja definida a retomada da progressão no Consu de
15 agosto. Esse grupo deve sugerir modificações no relatório resultante de um grupo de trabalho
16 anterior, que foi montado pela portaria PRDU 2/2020, do dia 27 de fevereiro de 2020, e o grupo
17 sugeriu um procedimento bastante detalhado para as promoções de funcionários. Esse
18 procedimento tem uma base na avaliação de desempenho e na questão da complexidade da
19 carreira, portanto envolve progressões horizontais e verticais. O grupo inicial era presidido pelo
20 professor Pascoal Pagliuso, diretor do IFGW, e contava com a participação do senhor Adilton,
21 que atua na Deas, e da Giovana, que atua na DGRH. Foi montado um grupo expandido, com
22 outras pessoas, mas a ideia é um grupo com um número menor, porque não vão reescrever o
23 trabalho. O que é sugerido a esse grupo é que ele valorize as promoções horizontais em relação
24 às promoções verticais, para que a gente consiga, na próxima promoção funcional, de
25 funcionários, atingir um número maior de pessoas contempladas, que foi um ponto bastante
26 criticado na última promoção que nós tivemos. Além disso, esse relatório prevê um conjunto
27 amplo de atividades, que também vai ao encontro de desejos expressos pela comunidade
28 durante o processo de transição da Reitoria. O grupo será presidido pelo professor Fernando
29 Sarti, da PRDU, e contará também com a participação da senhora Maria Aparecida Quina, que
30 é a atual diretora da DGRH. Será constituído por cinco pessoas, foi uma portaria assinada no
31 dia de ontem pelo Reitor, e terá 45 dias para conclusão dos seus trabalhos, com objetivo de que
32 tenham no Consu de agosto um procedimento para retomar as progressões de funcionários, e
33 que atinja um número maior de membros da Carreira Paepe. No caso da carreira docente,
34 também montaram um GT, o prazo também é 45 dias, com o mesmo objetivo de que deliberem
35 isso no CONSU de agosto. Ele é composto na presidência pelo professor Fernando Sarti, e pelos
36 diretores José Alexandre Diniz, Orival Andries Júnior, André Martins Biancarelli e Márcio
37 Antônio Cataia, e pelas professoras Diana Peixoto do Vale, docente MS-3, Juliana Martins
38 Rodrigues de Moraes, docente MS-3, Luciana Ferreira Tatagiba, docente MS-5, e Rosiane
39 Lopes da Cunha, docente MS-6. O objetivo é que esse GT estabeleça normas e procedimentos
40 de como devem fazer a retomada da promoção docente. Portanto, estão olhando o futuro, as

1 novas promoções. Não estão aqui contempladas algumas carreiras que em termos de número
2 de envolvidos são menores, como a carreira PQ, o magistério MST, o magistério artístico MA,
3 o magistério MTS. A proposta é após definir os montantes de recursos alocados nessas duas
4 progressões, alocar uma quantidade proporcional ao tamanho das carreiras, nessas outras
5 carreiras de menor dimensão, de forma que tenham uma homogeneidade de distribuição de
6 recursos para a promoção do conjunto da comunidade. O passivo não foi tratado nesse conjunto
7 de coisas que mencionou, e possuem completa convicção de que precisam resolvê-lo. Um dado
8 importante, e que mostra a dimensão do envolvimento orçamentário nessa questão, é que
9 tinham até pouco tempo atrás, e terão em breve, 110 livre-docentes; 106 já estão homologados
10 e em breve terão mais quatro homologados, então são 110 docentes que não são professores
11 associados. O recurso envolvido nisso ao longo de um ano é menor do que R\$1,8 milhão, o que
12 significa uma quantidade de recursos orçamentários menor do que 0,1% do orçamento da
13 Universidade. É disso que estão tratando na questão desse passivo, lembrando que esse 0,1% é
14 a mesma ordem de grandeza que afetou a decisão do Conselho Universitário algum tempo atrás,
15 em relação ao corte das gratificações de representação, que era algo em torno de 0,7%, e sobre
16 o qual se posicionou contrário. Tem a convicção plena de que esse passivo tem de ser resolvido,
17 e que o impacto orçamentário disso é extremamente baixo. Já o impacto no elã, na disposição
18 de trabalho da comunidade, é extremamente grande. Dessa forma, o desejo de recuperar uma
19 visão de futuro da Universidade passa necessariamente por valorizar os seus recursos humanos.
20 O objetivo é resolver esse passivo, e obviamente isso gera problemas, porque precisam pensar
21 em regras de transição. Essas normas serão elaboradas pela própria Administração Central, e
22 entrarão também no Consu de agosto. O objetivo é resolver o passivo dos livre-docentes, e
23 olharão com cuidado essa questão que os professores Alvaro e Paulo levantaram, que afetam
24 outras progressões do ano de 2019. Não possuem o quadro em relação a isso completamente
25 levantado, mas sabem que esse número é consideravelmente menor do que os 106 ou 110 que
26 estão associados à livre-docência. Não há nenhuma dúvida de que esse problema poderá ser
27 resolvido, só que ele envolve uma desvinculação que foi feita exclusivamente na Unicamp;
28 quando tomam uma decisão dessas, criam uma situação que não é tão simples de reverter,
29 porque existem pessoas em vários estágios desse processo. A questão de outros aspectos da
30 valorização da carreira vai deixar para comunicar ao final, possuem algumas iniciativas em
31 relação a isso, mas é importante também mencionar que existe um aspecto dessa questão que
32 está associado à retomada da manutenção de unidades. Ontem a Administração foi, com alguns
33 pró-reitores e assessores, a uma visita à Faculdade de Odontologia de Piracicaba, depois
34 também visitaram hospitais e AME administrados pela Unicamp na cidade de Piracicaba, e isso
35 afeta a prefeitura, por isso tiveram uma reunião com a prefeitura também. No período da manhã,
36 na reunião na FOP, discutiram a grande dificuldade, que afeta as áreas assistenciais da
37 Unicamp, decorrente do fato de que a formação de pessoas exige assistência a pacientes. Uma
38 situação que anteriormente já era problemática em termos de distanciamento entre os pacientes
39 no atendimento se tornou praticamente insolúvel durante a pandemia. Não há como retomar
40 plenamente as atividades na Faculdade de Odontologia de Piracicaba sem resolver uma questão

1 de reforma e manutenção. Então isso também tem a ver com a valorização das atividades, assim
2 como a questão da moradia estudantil, que há um tempo teve problemas. Estão olhando para
3 esse conjunto de questões, para evitar essa tendência de dificuldades que enfrentaram no
4 passado recente. É importante que coloquem essa perspectiva, para gerar um pouco mais de
5 esperança, e fica muito contente que essa perspectiva aparentemente esteja sendo bastante
6 apoiada no Conselho Universitário. Não havendo mais observações, submete à votação a
7 primeira revisão orçamentária, que é aprovada com 59 votos favoráveis, 03 votos contrários e
8 05 abstenções. Passa ao item 04 – Proc. nº 01-P-4707/1987 –, que trata de proposta de
9 deliberação Consu que estabelece critérios para definição de perfis e avaliação dos docentes da
10 Faculdade de Ciências Médicas, revogando a Deliberação Consu-A-21/2014. Destaque do
11 professor Léo Pini. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que é um destaque que pode
12 chamar quase de aprendizado, porque se lembra de ter participado da votação de um perfil
13 semelhante; na verdade, a FCM mudou a forma de analisar os professores, criando trilhas
14 diferentes em função de cada vocação, e agora vem uma mudança dentro dessa mesma ideia.
15 Solicita um esclarecimento de qual foi a motivação, e quais as principais alterações sugeridas.
16 Vai votar favoravelmente, não tem nenhum óbice, é mais um esclarecimento de como isso
17 andou da versão anterior, pois essa versão, pelo que entendeu, não mudou nada profundamente.
18 O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO diz que o professor Léo Pini tem toda razão. Há
19 uma deliberação de 2014, que estabelecia um perfil com três trilhas, ou três áreas de destaque,
20 como está na deliberação. Em 2014, as áreas de destaques seriam pesquisa, ensino e assistência,
21 ou seja, um professor poderia identificar qual dessas três áreas que mais a sua atuação se
22 enquadraria, e ele apresentaria seu relatório de atividades e organizaria as suas ações em torno
23 dessas áreas de destaque, não dispensando o ensino para nenhuma das áreas de destaque. Essas
24 áreas de destaques também deveriam ser consideradas nos processos de promoções e também
25 nas avaliações de concurso e progressão. Avaliaram o que aconteceu desde 2014 e identificaram
26 que a área de destaque de assistência não deveria aparecer, e sim apenas a área de destaque de
27 ensino e pesquisa. Podem ter um professor com perfil mais de pesquisador, e então ele seria
28 avaliado em torno das métricas relacionadas à pesquisa, não dispensando, de forma alguma, a
29 prática do ensino, seja ela na graduação, na residência médica ou na pós-graduação. Ou
30 poderiam ter um professor mais com perfil de ensino, que inclui aquele professor também que
31 pratica assistência, porque o professor praticando assistência também está ensinando, e ele
32 então seria avaliado pelas métricas associadas ao ensino. Com isso identificaram dois perfis:
33 hoje a Faculdade tem quase 300 docentes, e aplicando experimentalmente essas métricas,
34 identificaram que aproximadamente 100 docentes da Faculdade têm perfil predominante de
35 pesquisa, e 200 docentes da FCM têm um perfil que poderiam colocar mais claramente como
36 de ensino. Com isso, podem valorizar o perfil de cada docente. Na prática, os docentes com
37 perfis voltados para ensino têm muito mais dificuldades de ascender na carreira docente, porque
38 nas avaliações, nas promoções e nas progressões predominam, é quase que cultural, as métricas
39 associadas à pesquisa. Então, seria dar oportunidade para professores extremamente
40 importantes do ensino de ascender na carreira docente, sempre valorizando o compromisso,

1 reputação e outras métricas nesse sentido. São esses os aspectos gerais, e se coloca à disposição
2 para qualquer outro esclarecimento. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que está
3 esclarecido e que achou interessante inclusive esse acompanhamento durante esses anos, e que
4 seguirão outros acompanhamentos, porque a área de pesquisa também é importante, pois reflete
5 com muita força na área também de ensino. O Conselheiro LUAN RAMOS DA SILVA diz que
6 achou muito interessante essa valorização das atividades de ensino na progressão docente. Mas
7 o perfil docente teria de levar em consideração tanto o ensino quanto a pesquisa e a extensão, e
8 sentiu muita falta da valorização das atividades de extensão. Pergunta por que não há destaque
9 para atividades de extensão para esse perfil dos professores da FCM e para suas progressões. O
10 Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO diz que a definição de duas áreas de destaques, que
11 seriam pesquisa e ensino, está composta de outras atividades, que chamam de complementares:
12 extensão, atividades administrativas, e no caso dos docentes da área da Saúde as administrativas
13 são abundantes e até pesadas, afinal possuem várias unidades assistenciais: o HC, que é imenso,
14 o Caism, o Hemocentro, Gastrocentro, Ceatox, Cipoí, que são todas unidades assistenciais, e
15 esses docentes acabam praticando a administração nesse sentido. Além disso, os docentes de
16 cujas especialidades têm atividade assistencial realizam assistência até para ensinar, e realizam
17 assistência de janeiro a janeiro, são 12 meses por ano, não seguem o calendário acadêmico da
18 Universidade. Então, o volume de atividades de extensão é muito grande. Além do mais, a
19 Faculdade de Ciências Médicas tem um rol de atividades de extensão muito grande. Não vai
20 comparar com as outras unidades porque não tem aqui dados objetivos para comparar, mas em
21 número de cursos, número de convênios, isso é muito grande. Então essas atividades estão
22 contempladas na avaliação do docente, mas entenderam que não justificariam definir um perfil
23 voltado para extensão. Então possuem sim justificativas para ter um perfil mais voltado para
24 ensino e mais voltado para pesquisa, sendo que quem está no ensino não está dispensado de
25 fazer pesquisa, e quem está na pesquisa é obrigado a fazer ensino. O Conselheiro LUAN
26 RAMOS DA SILVA diz que sabe que os professores da FCM fazem bastante atividades de
27 extensão, e a sua fala foi no sentido de valorizar essas atividades, não no sentido de que eles
28 não façam. Além disso, estão trabalhando na Unicamp por uma curricularização da extensão.
29 Talvez se durante a progressão houvesse uma maior valorização dessas atividades, seria um
30 incentivo para os docentes estarem trabalhando com isso nas suas aulas de graduação e pós-
31 graduação. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO observa que as métricas de extensão
32 estão incluídas tanto no perfil da pesquisa quanto do ensino, mas elas não foram suficientes
33 para construir um perfil específico. Elas não estão abandonadas, atividades de extensão para a
34 Saúde são importantes e intensas e extensas, e elas estão consideradas na avaliação dos
35 docentes. O MAGNÍFICO REITOR diz que há uma relação um pouco diferente na área da
36 Saúde em relação ao restante da Unicamp, que é a importância da área assistencial e o papel
37 que isso desempenha na formação dos alunos e na atividade dos docentes. E não é uma atividade
38 assistencial só no interior da Unicamp; por exemplo, em Piracicaba há um hospital administrado
39 por professor da Unicamp, a área da Saúde administra o Hospital de Sumaré, várias AMEs em
40 Campinas, em São José do Rio Preto. Então há uma atividade administrativa e assistencial, que

1 lida com a população, que tem um viés de extensão importante na área da Saúde. Essa conexão
2 na área da Saúde é mais forte do que em outras áreas. O Conselheiro LUIZ CARLOS
3 ZEFERINO diz que há sete AMEs gerenciados pela área da Saúde, dois hospitais, são
4 atividades importantes, além das unidades que são próprias da Unicamp. Uma queixa que se
5 tinha anteriormente é que essas atividades estavam pouco valorizadas, então nessa revisão das
6 métricas essas atividades passaram a ser mais valorizadas, ainda que não caracterizem um
7 perfil, uma área de destaque. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR
8 submete à votação a matéria, que é aprovada com 63 favoráveis, 02 votos contrários e 04
9 abstenções. Passa ao item 05 – Proc. nº 01-P-16841/2019 –, que trata de retificação dos limites
10 da área de 895,85 m² doada pela Cemicamp à Unicamp, sem alteração da área total doada à
11 Universidade. O item foi destacado pela professora Claudia. A Conselheira CLAUDIA MARIA
12 BAUZER MEDEIROS diz que fez o destaque porque acabou não entendendo o que está sendo
13 votado. Sobre a Cemicamp, em que pesem todas as atividades extremamente interessantes que
14 são realizadas lá dentro, de vez em quando surgem discussões por ser uma ONG dentro do
15 terreno da Unicamp, cercada de vários prédios da FCM e do Hospital, e que trata de assuntos
16 que são relacionados à saúde reprodutiva feminina. Já houve vários projetos, inclusive da
17 própria Cemicamp, em gestões passadas, de transformar aquele espaço em tipos adicionais de
18 serviço. Então só gostaria de ter certeza do que estão votando, se é só uma regularização do
19 terreno, se é a criação de uma via pública de acesso, uma estrada que já existe, mas que agora
20 vai ser pública para permitir acesso à Cemicamp. E pergunta se há planos futuros de incorporar
21 a Cemicamp à Unicamp propriamente dita, porque pelo que entende, ela está associada à
22 Unicamp, mas não é considerada um órgão da Unicamp. O MAGNÍFICO REITOR passa a
23 palavra para a doutora Fernanda, para prestar os esclarecimentos. A doutora FERNANDA
24 LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que o que está sendo colocado para votação é
25 simplesmente a retificação da área. Há um problema na matrícula, tanto da Cemicamp, acredita
26 que da Unicamp também, com relação às divisas, as divisas entre os terrenos não estão bem
27 delimitadas, então foi feito um estudo técnico, a Depi aprovou, disse que está correto. É só para
28 essa retificação, não está sendo discutido aqui a servidão de passagem, nada disso. Não havendo
29 mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com
30 59 favoráveis, 02 contrários e 06 abstenções. Passa ao item 06 – Proc. nº 19-P-3905/2021 –, da
31 Faculdade de Educação, que trata da proposta de reformulação do Curso de Licenciatura
32 Integrada em Química e Física (56), a partir do Catálogo 2022: Criação das modalidades: AC -
33 Licenciatura em Química e em Ciências; AD - Licenciatura em Física e em Ciências. Extinção
34 das modalidades: AA - Licenciatura em Química; AB - Licenciatura em Física. Manutenção:
35 A modalidade AX, de ingresso, permanece no curso, com a alteração de que a opção pela
36 modalidade deve ser feita até o final do terceiro período letivo do curso. Item destacado pelo
37 professor Léo Pini. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que o destaque é para
38 esclarecimento, pois encontrou a aprovação da congregação da Faculdade de Educação, foi
39 feito inclusive em um segundo momento, mas ainda no momento adequado; sua pergunta é se
40 as congregações do IQ e do IFGW também se manifestaram. Quanto ao projeto em si, as

1 unidades já analisaram, está tudo aprovado, não tem nenhuma observação. O Conselheiro
2 RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA responde que a aprovação nas demais congregações deve
3 ter acontecido, e imagina que isso seria condição necessária para que o processo chegasse até o
4 Consu. Não recebeu nenhuma informação de que o assunto tenha sido sofrido alguma objeção
5 nessas unidades. Pelo contrário, porque a proposta que chega aqui hoje foi amplamente
6 discutida, por mais de um ano e meio, através de um GT que foi constituído por docentes,
7 coordenadores de curso, até diretores, de todas as unidades envolvidas, não só das licenciaturas
8 dos cursos de Química e Física, mas também os demais que participam oferecendo disciplinas,
9 como IB, o IFGW, o IG, o Imecc. Então acredita que como foi uma proposta bastante
10 consensuada e bastante debatida, e também porque era, em alguma medida, uma exigência para
11 adequação dos cursos às mudanças promovidas na educação básica pela Base Nacional
12 Curricular, que estejam todos de acordo. Mas não tem precisamente a informação de quando
13 isso foi submetido a essas congregações, talvez os colegas desses institutos pudessem
14 complementar essa informação. O MAGNÍFICO REITOR diz que no material anexo à pauta,
15 constam algumas aprovações em congregação: às folhas 77, a aprovação do IB; às folhas 78, a
16 aprovação do IQ; às folhas 90, a aprovação do Imecc; às folhas 92, a aprovação do IFGW. O
17 Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que existe também a aprovação do
18 IG, às folhas 44; constam todos os pareceres das congregações, a grande maioria com aprovação
19 por unanimidade. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação
20 a matéria, que é aprovada com 63 votos favoráveis e 04 abstenções. Nada mais havendo a tratar
21 na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: A – Comissões
22 Permanentes do Conselho Universitário – Indicação de Membros – 01) Proc. nº 01-P-
23 4124/1987, da Comissão de Orçamento e Patrimônio – Indicação de membro da Comissão,
24 como segue: Pró-Reitor: Prof. Dr. Fernando Sarti. 02) Proc. nº 01-P-4125/1987, da Comissão
25 de Legislação de Normas – Indicação de membro da Comissão, como segue: Titular: Pró-
26 Reitor: Prof. Dr. Fernando Antonio Santos Coelho. C – Relatórios Semestrais das Câmaras do
27 Consu – 04) Relatórios Semestrais da Câmara de Administração e da Câmara de Ensino,
28 Pesquisa e Extensão, referentes ao período de 1º.10.20 a 31.03.21, de acordo com o inciso IX
29 do artigo 9º e inciso VI do artigo 10 do Regimento Interno do Consu. Em destaque, o item 03
30 – Proc. nº 01-P-9046/1987 –, da Comissão de Atividades Interdisciplinares/Consu, que trata da
31 indicação de membro para compor a Comissão, em substituição à Profa. Dra. Rachel
32 Meneguello, que assumiu o cargo de Pró-Reitora de Pós-Graduação da Unicamp, como segue:
33 Representante dos Docentes do Consu, sendo indicada como Titular a Profa. Dra. Heloise
34 Oliveira Pastore. Em seguida, faz uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, o
35 MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos inscritos no Expediente. A Conselheira ANNA
36 CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que iniciará sua fala fazendo um agradecimento;
37 trabalha há 20 anos na Unicamp, não há tanto tempo quanto vários colegas aqui, mas é tempo
38 suficiente para agradecer o percurso desses dois últimos anos, o biênio 2019-2021 como
39 conselheira do Consu. Hoje é o último Conselho deste biênio, terão eleições agora em 1º e 02
40 de junho para bancada docente; faz um agradecimento e, ao mesmo tempo, uma pequena

1 avaliação: acha que teve uma atuação bastante ativa aqui no Consu nesses dois últimos anos, e
2 participou da agenda de questões e de discussões de grande relevância para a categoria docente,
3 para a Universidade como um todo. Junto com os colegas que se elegeram há dois anos,
4 protagonizaram um movimento de valorização da carreira docente e atuaram em discussões,
5 deliberações sobre muitos outros temas importantes da vida da Universidade, como a questão
6 da passagem dos cursos de especialização da condição de cursos de extensão para condição de
7 cursos de pós-graduação. Fizeram várias discussões nas unidades, na ADunicamp, reuniões
8 abertas com as entidades estudantis. Um outro tema importante foi a colaboração na discussão
9 sobre a nova proposta de redação para a deliberação Consu que trata do RDIDP, que vai entrar
10 em discussão. Todos esses temas exigiram e vão continuar exigindo dos representantes docentes
11 no Consu essa atuação sempre propositiva, quando necessário crítica, em vários momentos do
12 trabalho aqui. Agradece pela oportunidade de aprender mais um tipo de atuação possível dentro
13 da Universidade, é uma atuação bastante significativa do ponto de vista social, uma atuação que
14 fazem de coração, tentando melhorar ao máximo as condições de trabalho, mas também
15 melhorar a Universidade como um todo sempre. É para isso que estão sempre discutindo,
16 conversando, por isso a Universidade tem sempre todas as suas instâncias, para fazer essas
17 discussões, para valorizar a democracia interna. É uma instituição das mais democráticas do
18 país. Agradece a oportunidade de ter estado aqui, espera que a próxima representação docente
19 no Consu apoie ao máximo o trabalho que esta Administração quer desenvolver em relação a
20 uma série de direitos sociais que possuem, e que não voltem atrás, não deem nenhum passo
21 atrás em relação a isso. E também espera que seja uma bancada propositiva, alegre na medida
22 do possível, e combativa. O Conselheiro LUAN RAMOS DA SILVA diz que se inscreveu para
23 trazer uma demanda dos bolsistas Fapesp, que elaboraram uma solicitação de apoio. Trata-se
24 de um coletivo que representa mais de 600 bolsistas Fapesp que tiveram suas pesquisas afetadas
25 durante a pandemia de Covid-19 e pelas políticas de distanciamento social. No início deste ano,
26 eles redigiram uma carta relatando as dificuldades e solicitando à Fapesp que formulasse um
27 plano que visasse mitigar os danos que as pesquisas científicas do estado estão sofrendo, e até
28 o dia 04 de abril eles receberam cerca de 1.400 assinaturas de apoio. As principais pautas em
29 discussão pelos bolsistas incluem a disponibilidade de prorrogação em até 12 meses para as
30 bolsas cujas pesquisas foram afetadas; a desburocratização e diminuição do tempo de resposta
31 nas comunicações entre agência e bolsistas, por intermédio dos canais oficiais; a suspensão ou
32 a diminuição dos prazos de retorno ao país para os estágios de pesquisa no exterior; a
33 implementação urgente de um estudo que avalie os danos que a pandemia causou, no que diz
34 respeito às pesquisas científicas no estado de São Paulo. As pesquisas estão sendo profunda e
35 negativamente impactadas pela falta de acesso à estrutura física da Universidade, bem como
36 pelas restrições de viagens, o que impede as pesquisas de campo e estágios internacionais. Além
37 disso, esses bolsistas também ressaltam que no termo de outorga estabelecem que cabe às
38 faculdades e institutos de pesquisa a responsabilidade de garantir o acesso ao uso das instalações
39 e serviços técnicos que garantam a realização das pesquisas. Sabem que a situação da pandemia
40 impede a maior parte do acesso a essa infraestrutura, mas é importante que as faculdades e os

1 institutos participem da formulação desse plano de recuperação dos projetos de pesquisa. Há a
2 sugestão de que acionem os departamentos, as congregações de institutos, associações de
3 docentes, especializações acadêmicas e se discutam essas questões, e, se possível, emitam
4 moções de apoio e cobranças públicas das instituições pertinentes. E, por fim, eles solicitam
5 um posicionamento das reitorias das universidades paulistas, sendo que a reitoria da USP já se
6 manifestou. O Conselheiro ALVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ diz que abordará três
7 questões muito rápidas: a primeira é que já começaram uma discussão na Universidade
8 referente a uma mudança na Instrução Normativa nº 1/2021, que no seu artigo 4º determina que
9 o ingresso aos programas de pesquisador de pós-doutorado é condicionado à anuência de
10 docente ou integrante da carreira PQ, o que acaba por excluir dessa situação de supervisão os
11 professores colaboradores, os quais muitas vezes são docentes aposentados. Sabe que já
12 começou na Administração Central uma conversa a este respeito, mas além dessa revisão,
13 sugere que também discutam a possibilidade de os professores colaboradores orientarem
14 bolsistas de iniciação científica na categoria Pibic. Hoje eles podem orientar mestrados e
15 doutorados, mas não podem orientar iniciação científica, o que não parece fazer muito sentido.
16 A segunda questão é sugerir um estudo sobre a realização *on-line* de todas as fases de concursos
17 de contratação docente. Nos casos de exoneração e morte, estão fazendo na Universidade as
18 devidas reposições, mas isso tem implicado etapas presenciais, o que expõe sobremaneira tanto
19 candidatos e candidatas, quanto a própria banca. O terceiro assunto é um convite: o Instituto de
20 Filosofia e Ciências Humanas está realizando uma série de atividades para pensar a
21 Universidade em tempos de pandemia e prospectar cenários em um mundo pós-pandêmico;
22 hoje, às 19h, no canal do YouTube do IFCH será realizada uma discussão sobre inclusão social,
23 os efeitos da pandemia nas políticas de inclusão nas universidades, com a participação do
24 professor José Alves Neto, coordenador da Comvest, e do professor Carlos Machado, da UnB.
25 O Conselheiro LUIS FERNANDO MERCIER FRANCO diz que vai retomar uma discussão
26 que começou já na parte da manhã sobre a questão do retorno da trajetória de progressões. Há
27 alguns aspectos que lhe parecem bastante complexos e que acha que este Conselho deveria
28 discutir com maior profundidade. Um deles é a questão do aspecto distributivo disso, pois
29 existem demandas que são oriundas daqueles concursos que foram paralisados pela lei
30 complementar 173, e eles já estavam em andamento, na parte burocrática de homologação, mas,
31 como o senhor Reitor já pontuou, não são tantos casos, e há esse chamado passivo dos docentes
32 nível MS-3 que prestaram livre-docência. Pela quantidade que o senhor Reitor informou no
33 início da manhã, em torno de 110, isso realmente é um problema que precisam considerar, e
34 acha que há o aspecto distributivo que devem discutir, porque depois da desvinculação, nem
35 todas as unidades promoveram concurso de livre-docência. Então há unidades em que esses
36 concursos de livre-docência não foram realizados, e unidades que promoveram, e a
37 desvinculação permitiu, na verdade, justamente por não estar atrelado a um recurso
38 orçamentário, ampliar a possibilidade de concursos de livre-docência. Outra questão é sobre a
39 lei complementar 173; a sensação que tem é que no período da sucessão reitoral, todas as chapas
40 se empenharam em dizer que essa era uma questão que seria enfrentada, que haveria um esforço

1 político maior, e hoje vê uma certa complacência, a PG disse que não dá, não vão fazer. Entende
2 os argumentos jurídicos, acha que eles devem ser respeitados para evitarem problemas, mas
3 sente falta de um esforço político concreto, uma mobilização real da comunidade acadêmica
4 em torno dessa questão. Desejaria ver uma postura um pouco mais ativa deste Conselho em
5 enfrentar as questões das restrições impostas pela lei complementar 173. Por fim, uma questão
6 que, não do ponto de vista financeiro propriamente dito, embora se utilize o argumento de custo
7 zero, não é um custo zero, porque deixam de economizar alguma coisa, mas no plano simbólico
8 é muito ruim para a imagem da própria Administração Central o que aconteceu na pauta da
9 última CVND, com a recertificação do Gabinete do Reitor. Primeiro porque deixam de
10 economizar, então não é um custo zero; esse argumento é complexo, não é propriamente um
11 custo zero. Depois, isso passa uma imagem de que a prioridade é a Administração Central, e se
12 a recertificação anterior se preocupou em analisar critérios de complexidade de trabalho, não
13 dá para comparar um assessor de gabinete com CTU, o CTU não é assessor da direção da
14 unidade. Então, acha que deveriam justificar melhor, talvez devessem rediscutir essa
15 recertificação como um todo, pois ela não abarca, por exemplo, casos de professores que são
16 coordenadores de CPG em unidades grandes que têm mais de um programa e têm que, por isso,
17 acumular um programa também, e na vacância ainda vão ter GRs diminuídas. Então, essa
18 preocupação mais focada na Administração Central passa uma imagem ruim para o restante da
19 comunidade acadêmica. Acha que essas questões têm um impacto muito importante, inclusive
20 nas progressões que deixam de ser feitas. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que
21 como a questão financeira melhorou, acha que seria importante revogar as Resoluções GR-
22 62/20 e 48/20, que tratam da insalubridade e periculosidade e do incentivo noturno para quem
23 está em teletrabalho. Entende que essas pessoas não têm culpa de ter acontecido a pandemia e
24 tiveram seus vencimentos reduzidos durante esse período, então seriam importantes essas duas
25 revogações. A outra é a Resolução GR-058/2020, que impede que o trabalhador CLT converta
26 em abono pecuniário 10 dias de suas férias. Sugere a revogação dessas três. Em relação à
27 questão da lei complementar 173, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo mudou a
28 posição em dezembro, por isso a Procuradoria da USP mudou também. Acha que a Unicamp
29 também deveria acompanhar, porque ela aceita já em 2021 progressão e promoção, não tem
30 essa restrição. E o entendimento da lei complementar 173 em outros estados também aceita a
31 questão do reajuste salarial. A decisão do Estado de Minas Gerais menciona o seguinte: “Não
32 obstante a situação excepcional vivenciada em decorrência do enfrentamento ao Coronavírus
33 SARS-CoV-2, é possível conceder revisão geral anual aos servidores públicos, observado o
34 limite do disposto do artigo 8º, inciso VIII da lei complementar 173, por se tratar de garantia
35 constitucional, assegurada pelo artigo 37, inciso X, da Constituição de 88, que visa a
36 recomposição das perdas inflacionárias ocorridas em razão da desvalorização do poder
37 aquisitivo da moeda em determinado período. Não se tratando, pois, de aumento real, tomando-
38 se o fato de a revisão não estar abrangida nas vedações instituídas pela lei complementar 173”.
39 O Paraná também segue na mesma decisão, e isso não tem a ver com a constitucionalidade ou
40 inconstitucionalidade da lei; mesmo que a lei seja constitucional, a interpretação dela é que é

1 permitido ter revisão e ter progressão e promoção. Espera que o Tribunal de Contas do Estado
2 de São Paulo também evolua nesse sentido, mas na progressão e na promoção já evoluiu. Então
3 acha que a Procuradoria Geral da Unicamp também deveria fazer uma leitura mais apurada da
4 lei e rever essa posição. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ pergunta se as sugestões
5 da Feec para o GT de RDIDP e para o GT de Código de Conduta devem ser encaminhadas para
6 o Gabinete do Reitor. Em relação ao plano de retomada presencial, viu que lançaram a
7 Resolução GR-043/2021, criando o comitê de contingência. Os diretores estão sendo
8 pressionados pelos orientadores e pelos estudantes de pós-graduação que precisam dos
9 laboratórios para finalizar as teses, os trabalhos. Na Feec, em torno de 20% dos alunos de pós-
10 graduação estão nessa situação, necessitando de retorno, e agora uma outra pressão que estão
11 sofrendo é que professores que já estão vacinados também querem retornar ao trabalho
12 presencial. Os diretores das Tecnológicas e Exatas estão elaborando um documento com suas
13 necessidades e sugestões, que enviarão para o comitê de contingência do coronavírus. Pergunta
14 como que vai ser o plano de retomada, se já existe alguma decisão sobre isso. O MAGNÍFICO
15 REITOR diz que os documentos podem ser enviados à chefia de Gabinete; em relação ao código
16 de conduta, falará ao final, e sobre a questão da retomada das atividades, a professora Luiza
17 falará também ao final. O Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE diz que vai fazer
18 sua despedida, pois este é o último Conselho Universitário desse segundo biênio de que
19 participa como representante da bancada MS-3. Agradece a confiança de todos os colegas que
20 votaram nele nesses dois biênios, agradece muito pela convivência com os colegas que estão
21 aqui, diz que aprendeu bastante, tanto na convergência quanto na divergência. Ao longo desses
22 quatro anos tentou somar os esforços de todos aqueles que contribuíram para priorizar a
23 valorização docente, a defesa da universidade pública gratuita, socialmente referenciada, e
24 evidentemente deseja boa sorte aqui aos novos colegas que vão compor a bancada MS-3, vindo
25 com bastante otimismo um ativismo novo que está sendo construído pelos colegas no início da
26 carreira, e que isso se expresse em uma nova participação aqui no Conselho Universitário.
27 Registra o seu agradecimento também nesses quatro anos ao aprendizado também na
28 divergência e na convergência com os professores Marcelo Knobel, professora Teresa Atvars
29 e, evidentemente, deixa aqui o seu desejo de muito boa sorte e bom trabalho para o professor
30 Antonio José e para a professora Maria Luiza a partir daqui, e para toda a equipe da nova gestão.
31 Mudando um pouco os planos que tinha para a partir do segundo semestre, aceitou o convite
32 que lhe foi feito pelo professor Ivan Toro para exercer um dos cargos de assessoria da PRG.
33 Ficou bastante animado com a proposta que lhe foi passada pelo professor Ivan de uma
34 priorização dos planos para melhoria e priorização da permanência estudantil, SAE, moradia, e
35 principalmente que consigam fazer um estudo amplo, um pouco na linha do que o conselheiro
36 Luan disse, de entender o que significarão esses prováveis dois anos de ensino remoto na
37 formação dos alunos e alunas da Unicamp. É uma responsabilidade grande, uma nova atividade,
38 agradece muito a conversa que teve com todos os colegas. Espera ter contribuído, na medida
39 das suas capacidades, seu primeiro Conselho Universitário foi bastante difícil, em agosto de
40 2017, mas acha que hoje possuem um novo contexto, uma nova forma de ver o que os une aqui.

1 O que os une cada vez mais é essa defesa da universidade pública, do SUS nesse contexto de
2 pandemia, e de um projeto de ciência comprometido com a vida e com a dignidade humana. O
3 Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz que possui duas notas tristes de
4 falecimento a registrar oficialmente aqui no Consu: a Faculdade de Educação perdeu dois
5 docentes recentemente, no dia 1º de abril o professor José Luís Sanfelice, professor titular
6 aposentado do Departamento de Filosofia e História da Educação, foi diretor da Faculdade de
7 1990 a 1996; e no dia 12 de maio o professor Cleiton de Oliveira, que era docente aposentado
8 do atual Depase, Departamento de Política da Administração e Sistemas Educacionais. Duas
9 perdas bastante significativas para a Faculdade de Educação e para a Unicamp. O segundo
10 ponto é uma sugestão para ser avaliada pela Administração, se assim considerar pertinente: no
11 final do ano passado, ao verificarem a previsão orçamentária da Faculdade, perceberam que o
12 gasto com a manutenção dos ramais telefônicos é maior do que o gasto que possuem com as
13 ligações. Pensaram então na ideia de desligá-los, pelo menos provisoriamente, enquanto
14 estiverem praticamente todos da Unidade em trabalho remoto. Mas se depararam com uma
15 dificuldade, que é a possibilidade de que ao retornarem ao trabalho presencial, não terem
16 garantia de que esses ramais possam ser devolvidos, inclusive com os mesmos números. Isso
17 cria um certo desconforto nas pessoas para que abram mão dessa comodidade. Mesmo
18 considerando a possibilidade de migração para o sistema *rainbow*, que integra computadores e
19 celulares, para muitos isso é ainda um pouco assustador. Então, poderiam pensar juntos se não
20 seria possível imaginar uma solução que proporcionasse essa economia, que pelo menos no
21 caso da Faculdade de Educação é bem significativa, suspendendo momentaneamente esses
22 ramais, e depois terem alguma garantia de que pudessem retomá-los, se isso for considerado
23 necessário por cada unidade. Por último, solicita ao senhor Reitor que, quando for tratar do
24 código de conduta, inclua a questão da minuta do RDIDP, só para terem uma segurança a
25 respeito da tramitação que está sendo pensada para esses dois documentos, para poderem
26 orientar a discussão nas unidades. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI reforça o
27 que o professor Diniz comentou sobre o retorno das atividades no laboratório. Causa muita
28 preocupação porque estão entrando em um novo ciclo de alunos que ingressam na pós-
29 graduação e que estão sem acesso ao laboratório, e alunos que completaram o prazo de bolsa e
30 não conseguiram concluir os experimentos porque não podiam acessar os laboratórios, ou o
31 acesso estava muito restrito. Eles tiveram de deixar a bolsa e não conseguiram concluir o
32 mestrado ou o doutorado, o que os impede de postular uma outra bolsa, criando um número
33 muito grande de alunos que ficam sem nenhum recurso para se manter na Universidade. Essa
34 situação que estão vivendo de isolamento social, que impede que os alunos, de maneira,
35 obviamente, controlada, acessem os laboratórios, vai gerar um problema muito grande para a
36 Unicamp na pós-graduação e nas atividades de pesquisa dos projetos dos docentes. Não sabem
37 como a Capes vai olhar isso, estão com uma política na Capes muito ruim de como as pessoas
38 enxergam as universidades, os programas de pós-graduação, e no momento em que começarem
39 a ver que aluno está ficando três ou quatro anos para defender sua tese, porque a Universidade
40 aumentou o tempo de integralização, não sabe como eles vão enxergar isso nas avaliações dos

1 programas de pós-graduação. Isso vai ao encontro do que a professora Heloise Pastore falou
2 hoje cedo sobre a perda que estão vivendo com relação à qualidade do posicionamento da
3 Unicamp nos *rankings*. Sabe que o novo grupo do comitê de contingência foi apresentado na
4 Resolução GR-043/2021, então reforça a necessidade de se pensar muito esse acesso aos
5 laboratórios, principalmente das unidades de áreas que dependem muito da parte experimental
6 dentro de laboratórios. O MAGNÍFICO REITOR reforça que a professora Luiza responderá
7 essa questão na fala dela ao final. O Conselheiro MARCO ANTÔNIO GARCIA DE
8 CARVALHO diz que vai retomar dois questionamentos que fez durante a reunião pela manhã.
9 O primeiro deles é sobre a situação das bolsas PED: pergunta se a professora Rachel poderia
10 comentar um pouco sobre isso na sua fala. O segundo é solicitar novamente que a
11 Administração Central pudesse fazer uma nota à comunidade falando um pouco dos assuntos
12 relacionados à lei complementar 173 que impedem reajustes, progressões, contagem de tempo,
13 o posicionamento da PG, que a comunidade pudesse se sentir informada sobre essas questões.
14 Também solicita à Administração Central que pudesse retomar as discussões de dois GTs que
15 foram criados ano passado, e também em 2018, que tratam da política da educação digital da
16 Unicamp, e o GT do ano passado que trata do programa Sala Virtual, um repositório para
17 utilização de material didático produzido em mídia digital para o ensino. No que diz respeito à
18 política de educação digital da Unicamp, o GT produziu um relatório, que considera pronto
19 para ser discutido pela comunidade, e acha que neste momento não há nada mais importante do
20 que discutir esse planejamento para o ambiente digital. Então solicita que a Reitoria pudesse
21 dar encaminhamento a essas discussões. O MAGNÍFICO REITOR pergunta qual é exatamente
22 o título do primeiro GT. O Conselheiro MARCO ANTÔNIO GARCIA DE CARVALHO
23 responde que o GT foi denominado GT EAD, e produziu uma estratégia de política de educação
24 digital. Existe uma minuta que foi produzida no ano passado, e também no ano passado foi
25 criado um GT chamado GT Sala Virtual, que trata da instituição de um repositório para aulas
26 digitais e materiais didáticos, e também há sugestões do GT, então acha que eles poderiam nesse
27 segundo momento andar juntos. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU começa sua fala
28 dizendo que lucidez e planejamento são necessários para todos que têm assento neste Conselho.
29 Dessa forma, rechaça qualquer fala em relação a divisões ideológicas, disputas de pauta, porque
30 o trabalho aqui tem de ser institucional. Não convergir no institucional. Apesar da rotulagem às
31 vezes conveniente, de dizerem que alguns vão ser austeros gratuitamente, ou o que for, observa
32 que não se trata de austeridade, se trata de uma responsabilidade pela qual tiveram de passar
33 para planejar uma passagem muito difícil, garantindo pagamento de salários de cerca de 15 mil
34 famílias. E se hoje há possibilidade de retomar algum planejamento e valorização, foi graças a
35 esse esforço conjunto feito por todos os segmentos da Universidade. Vai retomar, devido às
36 várias dúvidas que sabe que existem, a questão das GRs. Sabem que, há algum tempo, bastava
37 um ofício do Reitor para que se criasse e se atribuísse uma GR. No princípio da transparência
38 e da impessoalidade, que são princípios da administração pública, precisavam criar um processo
39 mais claro, que passasse por um colegiado, para criar e instituir GR, então isso foi feito. E o
40 grande problema é que uma parte dessas GRs, que servem para reconhecer o trabalho das

1 pessoas, também acabava sendo utilizado para algum cunho que poderia até ser de uma certa
2 patronagem política. Havia um acúmulo, que significava à época 10% de valor, e que
3 correspondia a quase 300 progressões docentes, portanto precisavam realmente trabalhar esse
4 acúmulo, mexer nesse tabu que foi a reclassificação, racionalização da escala de valores dessas
5 GRs, e também normatizar essa criação e atribuição. Em relação às dúvidas sobre a questão da
6 publicidade, existe um sistema chamado S-Integra no *site* da PRDU que traz a publicidade disso
7 tudo, todas as GRs e quem as ocupa. Essa publicização tem de ser preservada, porque esse
8 sistema é diretamente ligado à própria DGRH. Com o advento da reforma tributária, esse
9 acúmulo, essa incorporação, parou de acontecer, então é muito importante que notem que esses
10 fatores externos propiciam um certo espaço para que a valorização correta da carreira seja feita.
11 Nesse aspecto, retoma um dos assuntos colocados, que é a questão da recertificação que foi
12 pautada na CVND; existe um comitê que trabalha nesse quantitativo e na análise das
13 certificações, portanto não basta a GR existir para poder ser essencialmente utilizada em
14 determinados lugares, há uma justificativa, um comitê *ad hoc* de certificação para isso. Buscou
15 um parecer do comitê *ad hoc* sobre esse trabalho pautado na CVND e não encontrou. Pergunta
16 ao professor Fernando Sarti quem constitui hoje esse comitê *ad hoc*; de resto, acha que devem
17 sim pautar os assuntos comuns e de interesse da Universidade, é para isso que estão aqui. O
18 Conselheiro LUIZ CARLOS KRETLY diz que está há 47 anos na Unicamp e participou de
19 muitas reuniões do Consu. Provavelmente esta é a última sessão de que participa, portanto
20 deseja a toda a Reitoria do professor Antonio, professora Maria Luiza e todos os pró-reitores,
21 uma gestão eficiente e harmônica. Não só gostaria de desejar, mas gostaria de contribuir
22 também em todos os aspectos que forem possíveis dentro da sua esfera de competência.
23 Principalmente agora neste talvez final de pandemia, e após a pandemia, gostaria de colaborar.
24 Agradece o apoio de todos os alunos e docentes que participaram do Consu, e acredita que nos
25 próximos anos o Conselho Universitário terá muitos docentes, alunos e servidores técnico-
26 administrativos competentes para levar a Unicamp, para a qual todos querem o melhor, não só
27 internamente, mas para toda a comunidade, a ter uma grande contribuição para toda a sociedade.
28 O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que a prorrogação dos prazos de
29 integralização da pós-graduação foram uma conquista muito importante dos estudantes, que
30 vinham há mais de um ano apontando para a Reitoria anterior que isso era uma demanda latente.
31 Muitos estudantes foram desligados nesse período por uma demora em agir, e tantas vezes
32 vieram aqui no Expediente em 2020 relatar o problema e não receber resposta nenhuma. Soma-
33 se às demandas dos bolsistas da Fapesp, do CNPq e da Capes, no sentido de que também a
34 Universidade tem de se colocar em favor da prorrogação das bolsas e dos prazos administrados
35 pelas agências de fomento, para que possam pensar um plano de recuperação dos projetos de
36 pesquisa em virtude dos atrasos da pandemia, e um plano de retorno seguro em breve. A APG
37 Unicamp conseguiu a sua comunicação com os estudantes, conseguiu que fosse reabilitada, e
38 isso tem trazido demandas, relatos, mas também muitas mensagens de agradecimento. Em abril,
39 receberam 163 demandas, apenas via *e-mail*; em maio, 209; e as suas comunicações atingiram
40 18.300 estudantes. Encaminharam à PRP as perguntas mais frequentes e agradecem à

1 professora Rachel a disposição em acolhê-las, estão esperançosos de que esse diálogo os ajude
2 a passar por esse momento muito triste, muito difícil. Sabem que é um período da história do
3 país muito extremo, que as pessoas estão no limite, e por isso se solidariza com as famílias das
4 mais de 450 mil vítimas da Covid-19. Convida também a todos que puderem acompanhar ou
5 comparecer, no dia 29 de maio, no Largo do Rosário, onde estão convocados atos a partir de
6 um chamado nacional de diversas entidades em defesa da educação e das universidades. A
7 Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO agradece pelo tempo que passou aqui, hoje
8 deve ser o último dia da sua representação docente das carreiras especiais. Agradece pela
9 oportunidade, pela confiança nela depositada nesse período, que constituiu um grande
10 aprendizado, pela oportunidade de poder contribuir também com o crescimento da
11 Universidade. Fora isso, fez amigos pessoais também aqui, com quem convive, e isso é muito
12 importante para ela. Na Ordem do Dia de hoje, o item 02 estabelece que os prêmios de
13 reconhecimento das carreiras da Unicamp para 2021 se darão de acordo com as respectivas
14 normas, com exceção da premiação em pecúnia prevista. Dentre os prêmios listados, estão os
15 dois prêmios de reconhecimento docente e discente dos colégios técnicos, deliberados pelo
16 Consu neste ano de 2021. Solicita à Secretaria Geral que dê uma atenção a esse assunto e oriente
17 os dois colégios, o Cotil e o Cotuca, na condução dos processos desses prêmios, porque é a
18 primeira edição deles nessas duas unidades de nível de ensino, então seria importante que a
19 Secretaria observasse. Em relação ao que anunciou o senhor Reitor sobre a criação de dois GTs
20 para tratar de processos de promoção das carreiras Paepe e MS, de acordo com a explicação
21 dada, os trabalhos dos GTs serão feitos em 45 dias para serem apresentados na pauta deste
22 Conselho em agosto, o que considera uma ação muito acertada, já que visa atender a uma justa
23 demanda dessas carreiras. Entretanto, o senhor Reitor declarou que não foram tratadas questões
24 relativas a esse assunto para as carreiras PQ e as carreiras especiais. Com essa decisão, a
25 Administração deixa de fora cerca de 200 docentes e 95 pesquisadores que contribuem para a
26 excelência da Universidade, atuando no ensino, na pesquisa e na extensão. Isso decepciona em
27 torno de 300 pessoas que se sentem excluídas da Universidade. Enquanto ouvia essa decisão de
28 deixar de fora a oportunidade de deliberar sobre a promoção, progressão de quem está já dois,
29 três anos esperando uma oportunidade de ter um reconhecimento em sua vida funcional, ficou
30 com uma confusão de sentimentos: frustração, decepção, insegurança. Então, em nome dessas
31 300 pessoas, profissionais das carreiras especiais e PQ, solicita reconsideração dessa decisão e
32 que lhes seja dado o mesmo tratamento. Pede que sejam montados GTs com o mesmo objetivo,
33 de considerar e decidir sobre as progressões de todas as carreiras da Universidade, para que em
34 agosto deste ano todas estejam na pauta do Consu de forma equânime, justa e democrática. O
35 MAGNÍFICO REITOR diz que deve ter havido um mal-entendido, e basta ouvir a sua fala
36 anterior para que talvez a questão fique clara. Disse que envolvia algo próximo de 300 pessoas
37 a carreira PQ, a carreira MA, MST e MTS. E que a ideia é que aquilo que atribuírem à carreira
38 MS e à carreira de funcionários, seja a mesma quantidade de recursos colocado nas outras
39 carreiras, na proporção da sua participação. Portanto, não excluiu essas carreiras, as incluiu, só
40 não montou GTs para elas. Então, em agosto, ou no Consu ordinário, que ocorrerá no início do

1 mês, ou no extraordinário, no dia 17, absolutamente todas as carreiras serão contempladas em
2 proporções, em quantidades iguais; foi isso o que falou. Não montou GTs, mencionou isso
3 explicitamente. Pede à professora Rosmari que quando estiver disponível a gravação desta
4 reunião, que ela ouça novamente a fala que fez, que foi bastante assertiva naquele momento;
5 não está agora mudando de opinião, falou naquele momento isso que está falando agora. A
6 Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO diz que o que colocou foi que se sentiram
7 excluídos de participar da decisão; da mesma forma que as outras carreiras estão tendo
8 oportunidade de analisar, discutir e deliberar, também acham que merecem esse mesmo
9 tratamento. O MAGNÍFICO REITOR diz que para ele não há nenhum problema em rever isso,
10 no que se refere à participação. Quando tomam uma decisão e tem a ver com um assunto que
11 foi parado brutalmente durante três anos e existe uma profunda contenção e insatisfação na
12 comunidade, precisam retomá-lo considerando o que afeta um número maior de pessoas, e é
13 essa a decisão que estão tomando. Mas vai conversar com sua chefia de Gabinete e montarão
14 um GT. Só não podem dizer que não estão pensando em contemplar as outras carreiras; para
15 respeitar a troca de opiniões, de diálogos, de visões diferentes sobre as coisas, devem ser fiéis
16 àquilo que as pessoas falam. Disse naquele momento que serão alocados recursos na medida
17 das proporções das carreiras, e estão se baseando naqueles casos mais complicados. Por
18 exemplo, a questão da livre-docência não afeta as carreiras especiais; então, existem questões
19 que possuem uma ordem de dificuldade e complexidade um pouco maior para serem atendidas
20 e que causam repercussão no conjunto das atividades da Unicamp, e vão atender a todas essas.
21 Inclusive, agradece essa preocupação bastante forte, que retomem agora depois do dia 19 de
22 abril com intensidade essas atividades. É realmente uma preocupação que une a comunidade na
23 perspectiva de valorizar os docentes, a nova etapa da Universidade. A Conselheira ROSMARI
24 APARECIDA RIBEIRO confirma que o que mencionou foi em relação à decisão. O
25 Conselheiro ERICH VINICIUS DE PAULA agradece a todos os membros deste Consu e aos
26 membros da Administração anterior pela oportunidade de convivência e aprendizado nesses
27 quatro anos. Espera ter contribuído para o objetivo comum e se desculpa por eventuais
28 equívocos e exageros. Aproveita também este momento para deixar, juntamente com seus
29 sinceros votos de muito sucesso para a próxima gestão, uma mensagem para aqueles que aqui
30 estarão, sobre um tema frequentemente referido como problema, mas que se for visto pelo
31 Consu como uma oportunidade. Pede desculpas por usar um clichê tão barato, mas isso pode,
32 a seu ver, ser um dos pilares que vai garantir à Unicamp mais um ciclo de liderança acadêmica
33 no Brasil e no mundo. Refere-se à questão do financiamento da área da Saúde, que colocará
34 sobre a mesa escolhas capazes de impulsionar a Unicamp a um novo patamar de relevância, ou
35 de mantê-la em um estado prolongado de luta pela sobrevivência, em que ela será ultrapassada
36 por muitas instituições. Os últimos anos mostraram que o modelo atual de financiamento se
37 esgotou. A ideia de que a solução para essa questão financeira seria uma redução da área da
38 Saúde, como forma de dar espaço para o restante da Universidade, é, a seu ver, duplamente
39 equivocada: em primeiro lugar, porque vivem em um cenário em que as demandas da população
40 por saúde pública não deixarão de existir por decisão do Consu, e no qual o papel da área da

1 Saúde da Unicamp no SUS deve ser visto não como um problema, mas como um de seus
2 grandes ativos políticos junto ao governo, e principalmente junto à população. Como viram
3 agora na pandemia, o aumento do investimento na Saúde que tanto retorno trouxe para a
4 imagem da Universidade e para a população, foi posto muito mais pela expectativa da sociedade
5 do que por uma estratégia administrativa, ainda que decisões acertadas da gestão anterior
6 tenham organizado isso. Em segundo lugar, porque é falsa a dicotomia entre o tamanho da área
7 da Saúde e a pujança de uma universidade, como podem ver em outras universidades onde
8 coexistem grandes estruturas acadêmicas na Saúde, com institutos de ponta em outras áreas.
9 Uma área da Saúde com condições de desenvolver com plenitude seu potencial de ensino,
10 pesquisa e extensão alimenta uma Unicamp forte, e a recíproca dessa frase é absolutamente
11 verdadeira, de modo que caberá à nova gestão e ao novo Consu estarem abertos para soluções
12 inovadoras que viabilizem o financiamento para a área da Saúde, sem comprometer o restante
13 da Universidade e mantendo o compromisso primordial e essencial com o SUS. A opção do
14 Consu pelo *status quo* em relação ao financiamento da Saúde seria a opção por um lento
15 naufrágio do imenso potencial de contribuição social acadêmico, não apenas da área da Saúde,
16 mas de toda a Unicamp, ou da Unicamp como a maioria deles a enxerga no futuro. Agradece
17 mais uma vez pela oportunidade de aprendizado, de convivência, espera poder continuar
18 contribuindo com todos no Hemocentro, e deseja sucesso para todos. O Conselheiro LÉO PINI
19 MAGALHÃES diz que também se despede inicialmente; participou do Consu bem pouco na
20 qualidade de suplente, e ao qual talvez retorne. Se não retornar, deseja uma boa gestão para a
21 equipe que assumiu a Reitoria. Fará três observações: a primeira talvez já esteja agendada, mas
22 solicita que este Conselho preste homenagem ao professor Ubiratan D’Ambrósio, que foi muito
23 importante no desenvolvimento da Unicamp, que recentemente faleceu; foi ligado ao Imecc por
24 muitos anos, também foi pró-reitor, pessoa muito afável e muito competente também. A
25 segunda observação é solicitar à Administração uma atenção especial à questão da nuvem na
26 Unicamp. Optaram pela ligação de forma quase que absoluta ao esquema do Google, que está
27 por ser alterado a partir do ano que vem, com restrições de ordem de arquivos, que poderão
28 utilizar. Houve certamente um aumento de demanda brutal, então não sabe se já estão sendo
29 tomadas ações nesse sentido, mas dois superintendentes do CCUEC, com quem tem mais
30 contato, que são da Feec, o professor Marco Aurélio, que ficou quase seis anos lá, professor
31 José Raimundo, ficou quatro anos, fizeram um esforço especial de instalação de uma nuvem
32 para a Unicamp, que considera uma boa política, que poderia pelo menos cobrir parte das
33 demandas talvez com relação ao ensino. De qualquer forma, é só uma sugestão para que se
34 pense no assunto, se é que não está sendo pensado. E para terminar, gostaria de externar alguma
35 preocupação com essa ação denominada “código de conduta”. Entende o espírito, a ideia, mas
36 o código de conduta da Universidade é o seu Estatuto, e lá tem de estar tudo e como devem se
37 comportar. Por exemplo, no artigo 11, item 5, que estabelece condutas específicas esperadas do
38 corpo docente, consta: “ser coerente no processo de avaliação dos estudantes, buscando o justo
39 equilíbrio entre os instrumentos de avaliação empregados, as competências, as habilidades” etc.
40 Começa a entrar em um campo complicado, porque podem questionar o que é ser coerente.

1 Coerência é uma coisa que depende também de cada cabeça; percebe a boa intenção, mas
2 realmente isso não lhe agrada, e eu gostaria que este Conselho desse uma especial atenção a
3 essa questão. “Códigos de conduta” o lembram de coisas muito perigosas do passado. A
4 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que se junta a diretores e
5 representantes docentes que estão mencionando a questão da flexibilização do isolamento. A
6 resolução que trata do assunto, ao mesmo tempo que flexibiliza e rompe as regras mais estritas
7 de isolamento para quem trabalha na Administração, deixou de lado as questões associadas à
8 pesquisa e ao ensino, que são as atividades-fim da Universidade, prejudicando alunos que
9 querem se formar, precisam ir aos laboratórios para terminar seus trabalhos, e também alunos
10 de pós-graduação e pesquisadores. Então, afeta pesquisa e, portanto, *ranking* da Universidade
11 em relação a outras universidades que já estão retornando, e afeta as questões de graduação, de
12 uma forma não equânime, ou seja, está se pensando primeiro na volta de atividades da
13 Administração, para deixar para depois as atividades-fim. A Conselheira ELISABETH
14 CARDOZO diz que vai levantar aqui uma questão que colocou na reunião da CIDF do dia 06
15 de maio, sobre a minuta de cotas raciais nos concursos da Carreira Paepe. No dia 31 de março,
16 essa minuta foi aprovada pelo Consu, e depois disso foram abertos sete concursos, dentre os
17 quais foram informados na reunião na CIDF que quatro deles foram publicados um dia antes
18 da publicação da minuta, e três foram publicados no mesmo dia da minuta. Verificou os editais
19 e eles não preveem a questão da averiguação nesses concursos, e então foi informada de que
20 essa questão ia ser verificada e dariam um retorno, mas não recebeu nenhum retorno. Ontem se
21 encerraram as inscrições desses três concursos e ela, representando aqui também o núcleo de
22 negros do qual faz parte, assim como a sociedade civil, que faz parte dessa discussão, pergunta
23 como isso vai ficar, a partir do momento em que foi aprovado no dia 31 e ontem se encerraram
24 as inscrições desses concursos e não foram previstas cotas. A outra questão é se existe alguma
25 previsão de discussão sobre a composição do Consu, porque houve um GT que fez uma
26 proposta de reformulação e adequação da composição do Consu, inclusive existe um parecer
27 da PG em relação a isso, e a proposta mexia na bancada de funcionários, estudantes,
28 pesquisadores. Em relação à fala do senhor Reitor sobre o GT da Carreira Paepe, entendeu que
29 não vai ser refeito todo o trabalho do outro GT, mas que esse GT tem 45 dias para fazer um
30 relatório que será apreciado na reunião do Consu de agosto. Pergunta se terão acesso ao relatório
31 antes de passar no Consu, porque da outra vez tiveram várias discussões com o GT, que
32 apresentou os relatórios das propostas, e puderam fazer sugestões. Esta é sua segunda
33 participação no Consu; parabeniza os que estão saindo e deseja boa sorte aos que estão
34 chegando. O MAGNÍFICO REITOR pergunta para quem ela encaminhou essa questão das
35 cotas no concurso. A Conselheira ELISABETH CARDOZO diz que não encaminhou
36 diretamente, mas como a reunião da CIDF tinha presença da coordenação da DGRH, levantou
37 essa questão dos concursos que estavam com inscrição aberta e não previa no edital a questão
38 das cotas, da averiguação. Foi esclarecido nessa reunião que, dos sete concursos, quatro tinham
39 sido publicados no dia 07, e a minuta no dia 08, e juntamente com a minuta, havia três concursos
40 que tinham sido publicados, que isso ia ser verificado e dado retorno. Então foi uma colocação

1 que fez na reunião da CIDF, depois fez novamente essa colocação na reunião da Cader, da qual
2 é membro, e também ficaram de verificar. Ontem consultou o presidente da Cader, ele disse
3 que também ainda não tinha uma resposta, então por isso está trazendo aqui. Considera uma
4 situação complicada, a partir do momento em que foi aprovada a minuta, e ontem se encerraram
5 as inscrições desses concursos, por isso pergunta se isso foi verificado, se não foi. Hoje de
6 manhã verificou os editais novamente, antes da reunião do Consu, e não houve nenhuma
7 retificação nesses concursos, continuam do mesmo jeito, embora alguns anteriores tenham sido
8 cancelados, mas esses têm três ainda que continuam dessa forma. O MAGNÍFICO REITOR
9 diz que vai encaminhar, sabendo os locais onde as manifestações foram feitas. O Conselheiro
10 FRANCISCO HIDEO AOKI solicita a palavra ao professor Paulo Centoducatte, da
11 ADunicamp. O Professor PAULO CÉSAR CENTODUCATTE parabeniza os professores
12 Antonio e Maria Luiza pela eleição, por terem assumido essa tarefa árdua de conduzir a
13 Unicamp pelos próximos quatro anos, desejando a eles e toda a sua equipe uma boa gestão,
14 uma gestão que consiga implementar as propostas que foram aprovadas e aceitas por toda
15 comunidade na consulta, e que seja também uma Administração com muito diálogo. Hoje é 25
16 de maio, a data-base é 1º de maio, e até o momento não houve o agendamento de reunião do
17 Cruesp com o Fórum das Seis para discutir a data-base. Ano passado não houve essa reunião,
18 por iniciativa do Fórum das Seis, em razão da pandemia, mas nesses quase 20 anos em que
19 acompanha de perto as reuniões do Fórum com o Cruesp, é a primeira vez que chegam em uma
20 data de 25 de maio sem ter feito nenhuma reunião do Fórum com o Cruesp para discutir a data-
21 base. Em geral, sempre era marcado em torno do dia 20, 21, no mais tardar 22, e até agora nem
22 resposta dos órgãos. Protocolaram a pauta em 06 de abril, e ela consta basicamente de três itens:
23 um plano de recuperação parcial das perdas, um plano de valorização dos níveis iniciais da
24 carreira, e a discussão de um plano que tem chamado de sanitário-educacional, para discutir a
25 questão do retorno, porque o retorno não se dá só pelas condições sanitárias. Também terá de
26 ser feito um acompanhamento dos alunos que ficaram para trás, como vão fazer para recuperar,
27 e assim por diante, porque acha que é importante. Solicita uma ação da Reitoria junto ao Cruesp,
28 para que seja agendada essa primeira reunião para que possam começar a fazer as discussões.
29 Sobre a questão da lei complementar 173, sabem que existem divergências na interpretação;
30 hoje de manhã foi citada uma ação da ADunicamp, e esclarece que ela foi rejeitada pelo juiz,
31 mas não foi em razão da lei complementar 173. O juiz deixou bem claro que a lei complementar
32 173 não levava a Reitoria a fazer o contingenciamento das promoções e progressões, porém a
33 Administração poderia, por outros motivos financeiros, fazer isso, por isso ele não concedia a
34 liminar para a ADunicamp que pedia a suspensão do congelamento e a volta das progressões.
35 E essa mesma interpretação aparece tanto em primeira quanto em segunda instância em ação
36 da Adusp, e lá está de uma forma bem mais clara, bem mais incisiva, tanto do juiz quanto do
37 desembargador, dizendo que para essas questões, principalmente de promoções que já estavam
38 previstas, que já estavam orçadas, a lei 173 não era impedimento. Também já existem outras
39 decisões: na semana passada, o Tribunal do Trabalho de São Paulo fixou um reajuste de cerca
40 de 7% para os metroviários, que estão também sujeitos à lei complementar 173. Então, precisam

1 discutir, inclusive no âmbito do Cruesp e do Fórum das Seis, essas interpretações, essas
2 questões da lei, e inclusive logo depois da edição da lei houve um parecer do Ministério da
3 Economia dizendo que o que já estava previsto antes da publicação da lei poderia tomar o seu
4 curso sem nenhum problema, sem interferência da lei. No início da reunião de hoje, foi
5 abordada aqui a questão da arrecadação, do orçamento das universidades. Realmente o
6 professor Fernando e o pessoal da Aeplan têm razão em dizer que é complicado comparar a
7 arrecadação desses quatro primeiros meses com os quatro primeiros meses do ano passado,
8 porque no quarto mês do ano passado começaram a sentir uma queda significativa na
9 arrecadação, que durou por mais cinco meses, e depois aprenderam a lidar economicamente
10 com a pandemia e voltou a recuperação. Realmente, os R\$6 bilhões a mais que arrecadaram
11 nesses quatro primeiros meses, em relação aos quatro primeiros meses do ano passado, não
12 podem ser levados ao pé da letra como um aumento significativo da arrecadação. Porém, as
13 previsões que estão na planilha do Cruesp, dos quatro primeiros meses, feitas pela Secretaria
14 da Fazenda, que inclusive utiliza para fazer o repasse para as universidades, fazendo no mês
15 seguinte o ajuste para mais ou para menos, dependendo se ela acertou ou errou, é de R\$3,401
16 bilhões a mais. Portanto, foram arrecadados R\$3,401 bilhões a mais do que a Secretaria da
17 Fazenda previu. E se pegarem a projeção da Secretaria da Fazenda, de R\$118 bilhões para a
18 quota-parte do estado, usando o histórico de arrecadação do ICMS do estado de São Paulo,
19 esses quatro primeiros meses estão com arrecadação de 10% a mais. Então, acha que possuem
20 muito mais do que indícios de que estão em uma recuperação da arrecadação, e tudo indica que
21 terão uma arrecadação significativa neste ano, sem precisar comparar com a arrecadação do ano
22 passado, que realmente foi um ano completamente atípico. Fez simulações tanto com o histórico
23 de mais de 20 anos de arrecadação como o histórico de 2014 para cá, que é quando começaram
24 a ter crise. Teve uma leve mudança na sazonalidade da arrecadação do ICMS de 2014 a 2020,
25 comparando com a sazonalidade a partir dos 20 anos. Mas fazendo das duas formas, tudo aponta
26 para uma arrecadação bastante significativa, e nunca tiveram também um comprometimento
27 tão baixo da folha de pagamento em relação aos repasses das três universidades: as três estão
28 com uma média de 74,91%, a Unicamp está com 77,46% nos quatro meses, um pouco diferente
29 do dado que o professor Fernando apresentou, que foi dos três meses. A Unesp está com 73,87%
30 e a USP com 74,28%. Portanto, possuem um espaço para começar a discussão da data-base. E
31 mesmo que se chegue à conclusão de que a lei complementar 173 seja um impedimento para
32 implementar alguma coisa agora, podem avançar nas discussões e deixar tudo pronto para
33 começar a ser aplicado assim que os efeitos da lei cessarem. A Conselheira HELOISE
34 OLIVEIRA PASTORE diz que vai aproveitar para se despedir também, pois termina o biênio
35 agora. Da mesma forma que a professora Anna Christina, também participou de GTs, que
36 parecem monstruosos quando são convidados, mas depois se tornam muito interessantes no
37 sentido de que são obrigados a aprender uma série de coisas que nem imaginavam, fazem bons
38 amigos, como mencionou a professora Rosmari, e todo esse trabalho é muito interessante, lhes
39 dá a verdadeira dimensão desta Universidade, que sempre foi grande, continua crescendo e que
40 precisam apoiar. Agradece aos colegas pela companhia, pelo conhecimento, pela troca de

1 ideias, pelas amizades que fez aqui. Despede-se esperando voltar, mas se despede desde já.
2 Sabe que o senhor Reitor vai falar sobre a retomada das atividades presenciais, sobre a
3 Resolução GR-40, ao final, mas destaca que vários diretores mencionam a resolução que
4 suspendeu as atividades presenciais para de alguma maneira retomar o trabalho nas unidades
5 com mais lentidão. Então seria importante uma sinalização da Reitoria no sentido de que podem
6 retomar segundo os planos de retomada, com todos os cuidados e aquilo que todos já sabem. A
7 Conselheira KAROLYNE STEFANNY DE SOUZA diz que se inscreveu para falar em nome
8 da Faculdade de Educação, mais propriamente da Frente Educação em Luta, que está buscando
9 auxiliar o debate em torno da proposta preocupante na mudança do currículo da formação de
10 professores engendrada na resolução da CNE CP 2/2019, que institui uma base comum para a
11 formação de professores e professoras da educação básica, substituindo a resolução CNE CP
12 2/2015, que impõe também mudanças nas diretrizes das bases nacionais curriculares dos cursos
13 de pedagogia. Na proposta apresentada pelo Conselho Nacional de Educação, um documento
14 precário e impróprio, apresentado em forma de resumo em Power Point, também sem sequer
15 debate com a comunidade, a preparação para atuação de educação infantil, no ensino
16 fundamental I e na gestão escolar é convertida em habilitações independentes, desconectadas e
17 fragmentando a formação dos profissionais de educação. Essa proposta se configura em um
18 retrocesso, tendo em vista que se pauta uma concepção tecnicista da educação, que já é muito
19 criticada e superada, descomprometida da formação sólida e teórica do pensamento crítico dos
20 educadores e educadoras. Além disso, fere a autonomia universitária, que é garantida pela
21 Constituição, das faculdades de Educação na elaboração de seus próprios currículos. Entendem
22 que essa configuração baseada na pedagogia das competências vinculadas no conteúdo da
23 BNCC rompe com a formação que vem sendo construída há décadas no país, em defesa da
24 docência na pedagogia como licenciatura plena. Reiteram aqui a importância da formação
25 integral e de qualidade, totalmente referenciada, dos professores e professoras como um
26 caminho necessário para ser assegurado como direito de todos, e a educação básica de
27 qualidade. Sabem que o êxito dessa luta exigirá engajamento de ambos os contingentes da
28 sociedade civil, visando construir coletivamente esse movimento. Em defesa da mobilização
29 plena dos professores, a Faculdade de Educação está organizando um manifesto virtual, que vai
30 acontecer no dia 14 de junho, às 19h, no YouTube da Faculdade de Educação, e convida todos
31 a participar assistindo e se engajando nessa luta para que não haja mais nenhum retrocesso na
32 educação. O Conselheiro GUILHERME ARAÚJO WOOD diz que está retornando ao
33 Conselho Universitário, do qual foi membro entre 2005 e 2017, esteve nesses últimos dois anos
34 como segundo suplente e foi surpreendido com a convocação para esta reunião. Registra sua
35 alegria pela presença da diretora do Cotuca como membro votante, uma luta que tiveram
36 durante vários anos no Conselho Universitário, que finalmente foi vencida no ano passado, de
37 que os diretores dos colégios técnicos tenham assento com direito a voz e voto, uma alteração
38 que foi fruto de uma luta intensa, em que esteve envolvido por vários anos. Deseja ao professor
39 Antonio José e à sua equipe uma boa gestão neste quadriênio. Tem apenas uma pergunta, a
40 respeito do acesso aos itens da pauta, que sofrerá alteração no sistema de *login* e senha de

1 usuário: se vai ser possível pessoas que não são do Conselho Universitário terem acesso aos
2 itens da pauta, ou se serão de acesso exclusivo dos conselheiros titulares ou suplentes. A
3 Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES expressa os seus sentimentos aos
4 conselheiros que citaram colegas que faleceram, e também cita a sua companheira de trabalho
5 da enfermagem do Caism, a senhora Eva Ibrahim Ferreira de Sousa, que foi servidora no pronto
6 atendimento e os deixou recentemente. Expressa seus sentimentos a toda comunidade do Caism,
7 pois a senhora Eva era muito querida entre toda a enfermagem. Nunca trabalhou muito próximo
8 a ela, mas sabe que ela serviu ao Caism por muitos anos, com muito amor. Agradece ao
9 professor Erich pela fala em defesa do financiamento da área da Saúde, porque realmente é
10 lamentável ver a posição de algumas pessoas que ainda colocam a Saúde como se fosse um
11 peso no orçamento da Universidade. Lembra que a receita da Universidade só é o que ela é hoje
12 graças à Saúde. Se tentarem negociar com o estado de tirar a área da Saúde, verão como vai
13 ficar o financiamento da Universidade. Acha que quem trata a Saúde como um peso no
14 orçamento não está por dentro dessa parte da negociação e não entende o quanto é necessária,
15 até para o restante da Universidade, a presença dos hospitais universitários e da área da Saúde
16 como um todo. Lembra que a área da Saúde é o contato da Universidade com a população, é a
17 forma que possuem de defender a ciência que se faz na área da Saúde, e o SUS. Neste momento,
18 estão vivendo ataques muito diretos a esse sistema único, ataques contra a própria população
19 desse desgoverno que está acontecendo no Brasil, infelizmente, e a Universidade e sua como
20 área da Saúde estão em um momento de protagonismo, em que deveriam estar valorizados,
21 reconhecidos pela ciência, pela assistência, mas não é o que acontece. E não é só olhando para
22 fora, olhando no macro, que vê isso; na área da Saúde da Unicamp têm muito essa sensação, de
23 apesar de achar que a sociedade os valoriza, batendo palmas e panelas, na prática ficam
24 abandonados. Vai exemplificar com uma situação que aconteceu com uma colega enfermeira,
25 que estacionou o carro na área da Saúde, entrou, trabalhou na área de assistência a pacientes
26 Covid no Caism, e quando saiu, o carro não estava. Fez todo o registro, o seguro pagou, ela
27 retirou outro carro, e quando ela retornou à Unicamp com o carro recém retirado, cerca de 20
28 dias depois do roubo do primeiro carro, teve o segundo carro roubado. Então, além de todo
29 estresse e tudo o mais, não possuem dignidade nem durante o período de trabalho, não têm onde
30 parar o carro com segurança, os trabalhadores que deixam o plantão da tarde, nesse período do
31 ano escurece rápido, saem em um breu total. Está vivendo isso, porque tem dado alguns plantões
32 à tarde também, isso já foi pontuado e nada foi feito. A situação dos roubos de carro não é rara
33 na Unicamp, e não veem nenhuma ação no sentido de renovar os cadastros de estacionamento.
34 O estacionamento abaixo do HC há muitos anos não tem uma renovação de cadastro, veem
35 muitos carros ali parados sem cadastro, e sabem que existem fraudes neles, mas nunca
36 conseguem mexer nisso porque sempre a resposta é que esse estacionamento pertence à FCM
37 e não podem fazer nada. Então, não há essa segurança, estão trabalhando sob estresse constante,
38 adoecendo, e recebendo esse tipo de tratamento da própria Universidade. Chama a atenção da
39 Reitoria para essas questões que estão acontecendo no ambiente interno também, e não só no
40 ambiente macro, nacional e internacional, neste momento crítico pelo qual estão passando.

1 Como ocorre em todo momento crítico, acredita que é necessário ter um posicionamento, não
2 se pode ficar neutro em meio a uma guerra. E não ficar neutro neste momento significa exercer
3 uma defesa ativa da universidade pública, contra a lei complementar 173, achar meios de
4 derrubar, como outras universidades estão encontrando, como o conselheiro José Luis citou,
5 em outros estados já houve ganho nesse sentido. Não estão vendo esse esforço da parte da
6 Unicamp, assim como os trabalhadores não estão vendo o esforço de reconhecer, de proteger e
7 valorizar a saúde, nem a própria Universidade. Termina dizendo que estão aguardando
8 ansiosamente o agendamento do início, ainda que tardio, como o professor Paulo Centoducatte
9 colocou, das negociações da data-base, também como mais uma forma de reconhecer o quanto
10 o servidor público está sobrecarregado com toda essa situação. O Conselheiro LUIZ
11 FRANCESQUINI JUNIOR agradece a todos pela excelente gestão junto ao Consu e agradece
12 ao senhor Reitor pela visita feita na Faculdade de Odontologia de Piracicaba, compreendendo
13 a situação estrutural precária da FOP, que está fazendo o possível e o impossível para poder
14 fazer o retorno, no próximo dia 31. Então, agradece essa sua compreensão de vir ajudá-los, e
15 deseja a todos um excelente mandato. O MAGNÍFICO REITOR passar a palavra à doutora
16 Ângela para explicar a questão da senha de acesso aos documentos das reuniões Consu, Cepe
17 e CAD. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI esclarece que tanto as pautas quanto
18 as atas continuarão públicas, como estão hoje. A única alteração vai ser na senha de acesso,
19 atendendo à deliberação da CAD que já prevê uso de senha única na Universidade, também a
20 Lei Geral de Proteção de Dados, aos documentos que instruem as pautas, que serão doravante
21 protegidos pela senha SiSe de todos os conselheiros, e apenas conselheiros titulares e suplentes
22 terão acesso a esses documentos. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos pró-reitores. O
23 Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO comunica os nomes dos assessores da
24 Pró-Reitoria de Graduação: professora Laura Rifo, do Imecc; professor Sávio Cavalcante, do
25 IFCH; e professor Flávio Schmidt, da FEA. Eles aceitaram a tarefa de ajudá-lo na PRG, e
26 agradece desde já essa ajuda dos três. Informa que foram definidas as datas do vestibular 2022:
27 a primeira fase acontecerá dia 21 de novembro e a segunda fase no dia 16 de janeiro. Dia 14 de
28 fevereiro sairá a primeira chamada. Isso é importante porque recebeu de vários coordenadores
29 de graduação da Engenharia um questionamento sobre as várias chamadas que tiveram em
30 2021, que acarretaram a entrada de alunos quando o curso já tinha pelo menos um mês. Agora,
31 com essa normalização do exame vestibular, poderão fazer pelo menos três chamadas antes do
32 início das aulas. E uma outra coisa interessante é que a USP vai soltar a sua lista de candidatos
33 antes da Unicamp, o que deve diminuir a troca do alunado entre a USP e a Unicamp. No
34 próximo dia 20 de junho, será realizado o vestibular indígena, e foi criado um GT da PRG que
35 está estudando o vestibular indígena tanto de 2022 quanto os demais vestibulares, e devem ter
36 esses resultados já no Consu de agosto. Coloca-se à disposição se alguém tiver alguma dúvida.
37 A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que este é o primeiro Consu desta gestão, então
38 primeiramente coloca a Pró-Reitoria de Pós-Graduação à disposição dos colegas e de toda
39 comunidade universitária. Também começa informando que são assessores da PRPG a
40 professora Altair Cury, da FOP, e o professor Elias Tambourgi, da FEQ. Esse período de um

1 pouco mais de um mês que começaram a gestão foi um período de informações, um período de
2 organização institucional, como por exemplo a relação com a Capes, as questões da pandemia
3 e as questões de financiamento, que todos conhecem, são muito graves. E em função
4 exatamente dessas questões de financiamento é que os pró-reitores de pós-graduação das
5 universidades paulistas têm conversado e se reuniram para organizar um seminário com a
6 Fapesp no próximo dia 31 de maio, segunda-feira, às 10 horas, com transmissão pelo YouTube,
7 é um seminário com o seguinte nome: “O momento atual e o futuro do fomento a projeto de
8 pós-graduação em São Paulo”. Esse é um seminário que terá um *chat*, uma mediação para,
9 inclusive, acolher perguntas eventuais do público que estará assistindo, e isso a lembra de fazer
10 um comentário em relação à fala do conselheiro Luan, sobre o apoio solicitado aos bolsistas da
11 Fapesp em relação exatamente às questões da pandemia. Sugere que ele esteja lá, ou os colegas
12 que fizeram esse manifesto, ou quem o apoia, para até fazer perguntas para a Fapesp sobre isso.
13 Essa é uma reunião de todas as universidades públicas paulistas, não apenas as estaduais, com
14 a Fapesp. Em seguida, fará alguns comentários sobre algumas perguntas ou menções que foram
15 feitas no expediente que dizem respeito à PRPG. O primeiro é algo que o professor Alvaro
16 Bianchi citou sobre o encaminhamento da revisão das normas de professor colaborador:
17 informa que a última CCPG realizada, já nesta nova gestão, solicitou também que fizessem uma
18 intervenção nessa direção, pedindo que as normas fossem revistas no sentido de permitir que
19 um professor colaborador, aposentado, por exemplo, pudesse ser orientador ou tutor de um pós-
20 doutorado. E agora também de iniciação científica, que é algo que não está previsto ali, e
21 também considera, assim como toda CCPG considera, que isso é inadequado. Então também
22 estão pedindo essa revisão. A outra questão, que também diz respeito um pouco a mudanças
23 que a PRPG vê em função inclusive de uma demanda da própria CCPG, foi feita pelo professor
24 Luis Fernando com relação à certificação recentemente ocorrida na Universidade, e que levou
25 que, para todas as unidades, a função de coordenador geral de pós-graduação fosse extinta,
26 sendo acumulada com os coordenadores de programa. Isso se mostra muito difícil, há um
27 constrangimento institucional claro ali de trabalho, para unidades que têm mais programas, sete,
28 10, 15 programas, como a FCM, ou sete como a FOP, 11 como o IFCH. Portanto, em função
29 dessa solicitação da CCPG também estão encaminhando para a Administração Central um
30 pedido de avaliação de que isso possa ser revisto como uma possível mudança. O professor
31 Márcio Torsoni fez alguns comentários com relação à preocupação da pandemia e as questões
32 da pós-graduação, sobretudo com relação à prorrogação dos prazos. Vão agora à tarde
33 encaminhar um informe da PRPG a todas as coordenações gerais, coordenações de programa e
34 a própria Associação de Pós-Graduandos, detalhando a deliberação Cepe que foi aprovada na
35 última reunião com respeito a prorrogação dos prazos, e ali inclusive tem uma informação que
36 considera importante, que diz respeito à preocupação do professor Márcio, que é como a Capes
37 está vendo as prorrogações. Nesse aspecto, chama a atenção que na Portaria 55 de 2020 da
38 Capes, que faz a primeira prorrogação de bolsas, ela sugere no artigo 9 que os programas façam
39 a prorrogação dos seus prazos de integralização. É uma sugestão que a Capes faz na própria
40 portaria, aos programas em si, para que esse prazo seja prorrogado no âmbito das suas

1 universidades. E na mesma Portaria 55, no artigo 10, ela também afirma que o indicador tempo
2 de titularidade não fará parte da avaliação dos programas desse quadriênio agora. Então, embora
3 tudo seja muito obscuro na Capes atualmente, essa é uma sensibilidade que ela mostrou já em
4 abril de 2020, nessa portaria em que ela sugere a prorrogação dos prazos dos programas no
5 âmbito das universidades. Sobre a informação que foi solicitada pelo professor Marco Antonio
6 com relação ao PED, diz que após a distribuição da verba que foi feita pela PRPG às várias
7 unidades, e com ela as reclamações que obtiveram, verificaram que em fevereiro foi feito um
8 repasse pela Aeplan à PRPG menor do que o solicitado pela PRPG no ano passado. Isso não
9 foi identificado em fevereiro, só verificaram agora, quando fizeram a distribuição de verba e
10 houve reclamações evidentes com relação a isso. Solicitaram já o repasse devido que ainda falta
11 para os PED, vão tentar resolver as mais claras desigualdades que houve aqui, mas esclarece
12 que essa distribuição de verba foi feita com base nos dados, que são da própria DAC, e com
13 dados das equações que foram definidas nesses últimos anos pela comissão PED, que já
14 estavam aprovados. Só para completar algo no comentário que fez com relação à prorrogação,
15 levantada pelo professor Márcio, a PRPG tem toda preocupação com as questões da pós-
16 graduação, a realização da pesquisa. Sabem o quanto isso vem sendo nocivo para as pesquisas,
17 com a perda de experimentos, só que isso envolve riscos e responsabilidades muito sérias e
18 complexas, e quem mais pode dizer sobre isso é a professora Maria Luiza, que fará isso ao final.
19 O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que precisou sair da reunião e voltou
20 agora; agradece a participação no Conselho durante esse biênio e deseja sucesso para a nova
21 gestão, para o bem da Universidade. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS
22 COELHO informa que os assessores da ProEC são os professores Marco Aurélio Cremasco, da
23 Faculdade de Engenharia Química, e José Luiz Costa, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas.
24 Informa também que estão na parte final de revisão do edital de projetos de extensão, que muito
25 provavelmente devem ser publicados no início da próxima semana, para que os financiamentos
26 dos resultados comecem a funcionar a partir de janeiro de 2022. O Conselheiro JOÃO
27 MARCOS TRAVASSOS ROMANO informa que os assessores da Pró-Reitoria de Pesquisa
28 são os professores Leonardo Tomazeli Duarte, da FCA, e Marcelo Brocchi, do IB. Tiveram
29 reuniões bem interessantes com os diversos grupos da PRP, os assessores, o expediente, pessoal
30 do Pibic, pessoal do Faepex, pessoal da informática da PRP, foram inclusive uma série de
31 reuniões presenciais que acha que facilitaram esse primeiro contato. Nesse ponto, agradece a
32 possibilidade concedida pela Reitoria desse trabalho presencial na Administração Central. Não
33 concorda que o fato de ter sido liberado esse percentual de 20% da Administração Central
34 simbolize uma inversão de valores. O fato de alguma coisa acontecer antes de outra não
35 significa que ela seja encarada como mais importante, pode ser simplesmente que ela seja
36 menos complexa. Parece-lhe que voltar o pessoal administrativo em torno da Reitoria e pró-
37 reitorias é algo menos complexo e exige menos cuidados do que voltar à sala de aula, voltar
38 laboratórios, que é sim muito importante, mas demanda também um estudo cuidadoso,
39 responsável, como acredita que a professora Maria Luiza vai poder falar muito melhor do que
40 ele. Informa que as oportunidades de editais estão sempre em dia na página da PRP, e também

1 são enviados frequentemente por *e-mail*. Acha que esse tipo de divulgação tem sido eficiente,
2 pelo menos recebia sempre como docente, sempre dava uma olhada, mas fica aberto a sugestões
3 de outras formas de divulgação. Há vários editais ainda abertos e bastante interessantes, e
4 destaca um que é voltado para problemas sociais agravados pela pandemia de Covid-19. Esse
5 é um edital Fapesp, foi lançado em uma *live* com o professor Luiz Mello, e acha que é um tema
6 muito interessante, uma oportunidade muito boa de cooperação internacional, em particular
7 para as áreas de Ciências Sociais, para as áreas de Humanidades, que às vezes nos editais vindos
8 dos órgãos federais não vêm sendo tratadas com a devida prioridade. Ontem foi realizada uma
9 reunião remota entre todos os pró-reitores de pesquisa do estado com o professor Luiz Mello,
10 parece que essa reunião acontece com certa frequência, acha que mensalmente, com várias
11 informações sobre a Fapesp, muitas delas para ele eram novidades, que era o único estreado na
12 reunião. Uma informação que lhe chamou a atenção foi a redução da demanda da Fapesp nessa
13 época de pandemia. O professor Luiz mencionou que a redução foi da ordem de 30%
14 comparando os meses do ano de pandemia de 2020 com os meses respectivos de 2019. Isso
15 realmente é impactante, e percebe que não é brincadeira o impacto da pandemia na atividade
16 de pesquisa, mas, por outro lado, podem fazer disso também uma prioridade. O professor Luiz
17 incentivou muito que se submetessem projetos, em particular ele falou do projeto Jovem
18 Pesquisador II, que pode ser solicitado por qualquer pessoa, qualquer colega que tenha tido um
19 Jovem Pesquisador I, vencido até nos últimos três anos. Também há previsão de novos editais
20 Cepids, ainda sem data definida, mas aparentemente para não tão longo prazo, e também da
21 segunda edição do edital Ciência para o Desenvolvimento, que envolve recursos bastante
22 grandes e que vai ser lançado na próxima quinta-feira, dia 27. Permeando um pouco o que foi
23 mencionado sobre *ranking*, sem entrar propriamente no assunto, até porque o professor
24 Fernando Sarti já respondeu com bastante precisão, mas acha que o Faepex, a PRP em geral,
25 tem recursos, podem pensar em projetos, editais Faepex que venham, por exemplo, a se voltar
26 talvez para temas de pesquisa, áreas que tenham sido particularmente prejudicadas pela
27 pandemia. Mas não quer decidir sobre temáticas como essa de uma maneira precipitada, até
28 porque associar em uma relação de causa e efeito pandemia e *ranking* é algo que já considera
29 precipitado. É claro que a pandemia tende a ter impacto, inclusive para o futuro no *ranking*,
30 mas tem dúvidas, acha que merece um estudo mais cuidadoso se a queda no *ranking* da
31 Unicamp é exclusivamente ou prioritariamente devido à pandemia. Até porque estão há pouco
32 mais de um ano de pandemia e acha que esse resultado do *ranking* tem uma duração um pouco
33 maior. De qualquer forma, podem pensar em editais que venham ajudar os temas de pesquisa
34 mais impactados pela pandemia e, para isso, quer antecipar a reunião com o conselho de
35 orientação do Faepex, e mesmo com a Comissão Central de Pesquisa, que não tem data fixa,
36 mas deseja fazer ambas as reuniões no mês de junho, e pensar junto com os colegas, com os
37 assessores, e sobretudo, com os diretores. Fica totalmente à disposição, já se reuniu com alguns
38 diretores de unidades, também de centros e núcleos, e que os diretores se sintam à vontade para
39 ligar ou enviar mensagem quando quiserem, para conversar sobre o impacto da pandemia nas
40 atividades de pesquisa de cada unidade, porque ainda conhece pouco sobre especificidades das

1 diferentes unidades. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que o esclarecimento com relação
2 à certificação já foi prestado na CVND, depois também na CAD, depois na reunião com os
3 diretores, mas talvez a professora Marisa não estivesse presente. Agradece muito a
4 oportunidade de poder, diante do Conselho, trazer essas informações, mas antes de entrar nessa
5 questão da certificação, coloca a PRDU à disposição de todos os conselheiros, e anuncia que
6 terá como assessor o professor Rodrigo Lanna, seu colega do Instituto de Economia, que até
7 então presidia a Câmara de Convênios e Contratos, com larga experiência, portanto, em
8 contratos, que é um tema bastante caro para a PRDU. Mas também, como todos sabem, o
9 professor Lanna é um especialista em finanças, e certamente vai ter uma contribuição muito
10 importante dentro da PRDU. Também terá como assessor o professor Marcelo Cunha, que até
11 então vinha assessorando o professor Marco Aurélio na Depi, que estará ao mesmo tempo
12 assessorando a PRDU e o professor Laplane no Hids. Então, todos podem acessar o pró-reitor
13 e os assessores. Já têm tratado bastante sobre contratos, a começar pelos contratos dos fretados.
14 Sobre os dois GTs, não vai detalhar porque acha que já foi bastante tratado aqui tanto da
15 progressão na Carreira Paepe quanto docente. Respondendo à senhora Elisabeth Cardozo, diz
16 que presidiu a reunião da CIDF quando ela fez essa consulta do porquê nos concursos não
17 estavam sendo respeitadas as cotas, e a DGRH tinha ficado de lhes dar um posicionamento. Vai
18 cobrar, entender o que ocorreu e depois entrará em contato para fornecer as devidas explicações.
19 Sobre a questão da certificação, levantada pela professora Marisa e pelo professor Luis
20 Fernando, lembra que a Deliberação Consu-A-016/2019 tratou das funções gratificadas nos
21 seus anexos 1 e 2, especificando exatamente qual a complexidade de cada uma dessas funções,
22 e qual a tabela de designações. Nessa deliberação, no que diz respeito aqui ao assunto, foi criada
23 a função de assessor de gabinete e a função de assistente técnico, AT, e foi extinta a função de
24 assistente técnico de gabinete, a partir da disposição transitória que permite que a função
25 continue existindo até a sua vacância. A deliberação criou 16 assessores de gabinete, que foram
26 reduzidos para 15 porque uma dessas funções foi transformada na diretoria adjunta da Inova.
27 Desses 15 assessores, nove já foram devidamente descentralizados e lotados: dois na CGU, já
28 na gestão anterior; três na DEA; um na Deas; um na Depi; um na ProEC; e um na PRP. Portanto,
29 das 15, havia seis que ainda não estavam lotados. Na passagem da gestão anterior para a gestão
30 atual, o que aconteceu foi que até o último dia da sua gestão, o professor Marcelo contou com
31 assessoria dentro do seu Gabinete com o que era a função anterior, que tem a mesma
32 complexidade do assessor de gabinete, que se chamava assistente técnico de gabinete. Esse
33 assistente técnico de gabinete tem a mesma complexidade e o mesmo valor da GR atribuída
34 agora ao assessor de gabinete. Portanto, o professor Marcelo pôde contar, e fez bem de fazer
35 assim, com sua assessoria qualificada recebendo a gratificação que era a maior para um assessor
36 de Reitor. Como essa função foi extinta e o que se tinha no mesmo nível de complexidade era
37 essa de assessor de gabinete, o que se fez foi descentralizar essas seis vagas e trazê-las para o
38 Gabinete do Reitor, podendo ser utilizadas tanto diretamente pelo Gabinete do Reitor, como
39 pela Administração Central, de forma que nove já vêm sendo utilizadas. Com relação ao
40 questionamento de vários dos colegas, uma preocupação bastante legítima, se isso representava

1 ou não um aumento de gastos, o que se explicou é que primeiro se aprovou essa
2 descentralização; se vai haver ou não um aumento de gasto, vai depender exatamente de quem
3 vai ocupar essas vagas. Se ao sair um funcionário que estava ocupando essa vaga de assistente
4 técnico de gabinete e usufruindo dessa gratificação de representação de cerca de R\$3.200, ele
5 tem uma GR incorporada com valor diferente de quem está entrando, isso pode representar uma
6 economia ou um gasto. A ideia de que ao haver a vacância essa função seria eliminada e que,
7 portanto, estariam indo em direção a uma economia, ela não é condizente com a prática de boa
8 administração. A Administração Central tem, mais do que o direito, a obrigação de se assessorar
9 do que há de melhor em termos de complexidade de seus funcionários. É simplesmente isso,
10 estão trocando um assistente técnico de gabinete por um assessor de gabinete que tem
11 complexidades e gratificações semelhantes. A segunda questão que a professora Marisa havia
12 colocado, que também é importante, é com relação ao comitê de certificação, e esclarece que
13 isso foi uma consulta que fizeram diretamente à Secretaria Geral e à Procuradoria Geral, e
14 precisam entender que o órgão máximo da Universidade é o Conselho Universitário. Foi o
15 Conselho Universitário que, através da sua Deliberação Consu-A-016/2019, criou 15 vagas.
16 Nenhuma outra instância pode modificar, cortar, reduzir qualquer número sem autorização do
17 Conselho Universitário. Essa é uma primeira questão. A segunda é se há existência do comitê,
18 e responde que sim, inclusive entrou em contato com a professora Milena Serafim, que vinha
19 coordenando esses trabalhos, convidou-a para permanecer à frente desse comitê, até porque os
20 trabalhos não estão encerrados, terão ainda de fazer a certificação do HC, que é outra questão
21 importante, da qual já tinha tratado com o professor Francisco, a quem sucedeu, e que havia lhe
22 explicado que era talvez o último movimento importante em termos da certificação que ele
23 entendia. Explicitando o porquê da existência do comitê, diz que embora tenha havido um
24 esforço muito grande nesse processo de certificação, com a tentativa de redução de 30% nas
25 aplicações das certificações, ainda não conseguiram chegar ao número que foi proposto pela
26 deliberação de 2019. A gestão anterior terminou com um número de 210 gratificações
27 excedentes, que são de 34 assistentes técnicos, 26 coordenadores de serviços, 13 coordenadores
28 de divisão, 125 de supervisão, oito coordenadores gerais de programa e quatro secretários de
29 diretoria. Então, evidentemente o comitê de certificação ainda tem muito trabalho pela frente,
30 precisam abrir conversa com todas essas partes envolvidas, para tentar fazer o que foi decidido
31 pelo Conselho Universitário em 2019. Portanto, o comitê de certificação permanece, o professor
32 Márcio, da FCA, se prontificou a continuar os trabalhos, estão retomando com a equipe, e assim
33 que possível, será tratada não apenas tratada a certificação do HC, como esse excedente que
34 ainda não foi possível de ser resolvido pela gestão anterior. A Conselheira MARISA MASUMI
35 BEPPU diz que tem de ficar bastante claro para a comunidade que ainda que uma redução de
36 custos pudesse ser um efeito da recertificação, o objetivo primordial das recertificações não foi
37 a redução específica. Almejava-se 30% naquela época em que havia uma incorporação, e
38 associado a esse grupo de GRs um crescimento vegetativo de folha que consumia os recursos a
39 serem investidos na própria carreira. Portanto, o objetivo primordial foi racionalizar, colocar
40 um sentindo em todas as GRs, especificar onde elas podem ser aplicadas com base em quatro

1 eixos: responsabilidade, abrangência, complexidade da função e exposição jurídica. Todas as
2 GRs da Universidade estão remodeladas em cima desses quatro critérios. E a deliberação de
3 2019 do Consu estabeleceu um quantitativo, só que a atribuição desse quantitativo não é direta,
4 não é porque existe que vão atribuir. O comitê *ad hoc* de certificação verifica a validade das
5 colocações, das argumentações, e emite então um parecer exatamente para não ser o pró-reitor
6 que decide; é um rito estabelecido para garantir a impessoalidade nas decisões. Além disso,
7 todos que participam da CAD sabem, esse quantitativo lá está, mas as certificações passam pela
8 CVND e são finalmente aprovadas na CAD e implementadas no sistema de quadros da PRDU,
9 que é quem controla, inclusive a parte das designações, e hoje a tudo é dada publicidade. Então
10 esse ponto específico de aprovação na CAD é que, no final das contas, tem de ser, de certa
11 maneira, negociado, e uma das maneiras de se tentar pacificar a questão da análise das
12 recertificações foi lançar mão da extinção da vacância, porque haveria o conflito de interesse
13 da pessoa que ocupa aquele cargo, para dizer se era favorável ou não. Então era mais fácil mirar
14 em um cenário um pouco mais adiante para dizer o que fazia sentido ou não. De forma alguma
15 está dizendo que a gestão está impedida de fazer as certificações. Acha que muita coisa tem de
16 ser revista, inclusive à luz do que disse anteriormente; veio a reforma da previdência, que trouxe
17 uma novidade, e vão vir outras reformas administrativas. O Conselheiro FERNANDO SARTI
18 diz que está de acordo e fica satisfeito em entender que é o princípio que guiou desde o primeiro
19 momento, era a ideia ao mesmo tempo de uma eficiência, não era só a questão custo. Parece-
20 lhe muito razoável que a autoridade máxima da Universidade possa contar com o que há de
21 melhor em termos de sua assessoria, porque foi exatamente para isso que foi criado. Então,
22 desse ponto de vista, está totalmente de acordo com a professora Marisa, mas de vez em quando
23 apenas algumas palavras que são encaixadas, como a palavra “patronagem”, que sabe que ela
24 não estava se referindo evidentemente a esse caso, mas ouviram que foi um mau começo, e
25 acha que na verdade foi um ótimo fim de gestão porque o Reitor pôde se assessorar do que há
26 de melhor, e um ótimo início de gestão porque o novo Reitor está se assessorando do que há de
27 melhor. Então, isso tudo contribui para a qualidade institucional, a qualidade da Unicamp. A
28 Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que este é seu primeiro Consu como Coordenadora
29 Geral da Universidade, e sem dúvida é o início de um grande aprendizado. A gestão, a cada dia,
30 sendo elas pessoas experientes ou não, traz um aprendizado, e uma coisa bonita da Universidade
31 é exatamente isso, de poderem estar sempre aprendendo com os mais velhos e com os mais
32 novos, e com os seus pares. Foi bastante citado na reunião de hoje o retorno das atividades, o
33 que pôde ser interpretado de diferentes maneiras. Vai esclarecer como estão organizando essas
34 atividades. Primeiramente, fizeram um comitê de contingenciamento da Covid, porque estão
35 em um outro momento da epidemia, um momento em que há três tipos de vacinas diferentes,
36 com eficácias diferentes, e também diferentes grupos etários que foram vacinados, outros
37 grupos etários ainda não, e pessoas com problemas de imunodeficiência, de diferentes faixas
38 etárias também. Então se caracteriza como um novo momento da transmissão do vírus Sars-
39 COV-2. Lembrando que a cidade está completamente aberta, e há uma população ainda
40 considerada pequena vacinada, isso traz riscos, por isso esse comitê de contingenciamento vai

1 analisar mensalmente, ou até semanalmente, como está o comportamento, dependendo das
2 características da epidemia e do número de pacientes que vão ter de internar, tanto em
3 enfermaria como em unidades de terapia intensiva. Observa que precisa ser respeitado o Plano
4 São Paulo, que é dividido em fases, com cores, então é a fase emergencial, depois vem a fase
5 vermelha, laranja, amarela, verde. Até o dia 31 de maio, estão na fase de transição, indo para a
6 fase laranja, e esse plano já contempla as diferentes restrições ou então possibilidades de
7 abertura nas diferentes áreas para as pessoas participarem de atividades recreacionais, ida a
8 restaurantes, *shoppings* etc. Então reuniram esse comitê, que formou subgrupos contendo seus
9 próprios membros e outros professores ou servidores que possam auxiliar na condução desse
10 novo momento. Estão constantemente fazendo reuniões, com diferentes equipes, que resultaram
11 em uma proposta que amanhã será apresentada aos demais pró-reitores, para que deem sua
12 opinião, e que vai impactar nas diferentes áreas. Uma das decisões mais importantes é o retorno
13 às atividades presenciais dos servidores e profissionais da Unicamp que tomaram duas doses
14 da vacina, não só da área da Saúde, como fora dela, porque muitos foram contemplados pela
15 faixa etária, então essas pessoas, de acordo com dados de literatura, podem retornar às
16 atividades presenciais. E vão liberar os espaços de acordo com o Plano São Paulo, que consultou
17 hoje duas vezes; na primeira vez, ele mencionava 40% de ocupação, agora, na sala do Consu,
18 estava consultando novamente a ocupação e já mudaram para 60%. Então vão transferir essa
19 orientação de ocupação de espaços, mas sabendo que essa ocupação de espaços de 40% ou
20 60%, que consta no Plano São Paulo, não é para laboratórios ou escolas, é para outras
21 atividades, para ambientes de restaurantes, ambientes comerciais, ônibus que circulam,
22 nenhuma atividade está contida nesse plano referente a situações de universidades. Porém, o
23 plano da Secretaria de Educação contempla as escolas de nível superior, e vão procurar se
24 adaptar com base nessas informações tanto da fase em que se encontram na pandemia, como
25 do plano da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Devem terminar até o final da
26 semana, e o retorno às atividades de pesquisa, de ensino, ocorrerá parcialmente. Lembra que os
27 cursos que têm atividades práticas, cujos alunos sem essas atividades não poderiam se formar
28 porque não teriam completado o número de horas para que pudessem se diplomar, foram
29 contemplados. Esses alunos, com duas doses de vacinas, bem como seus professores, bem como
30 servidores dessas áreas. Portanto, eles já estão retornando, exceto a FOP, onde estiveram ontem
31 para conversar a respeito, com 100% de sua capacidade de alunos participando das atividades,
32 os que tomaram vacina, e continuam mantendo as mesmas medidas de precaução que
33 instituíram na época pré-vacina. É uma unanimidade no comitê que a vacina é mais uma
34 proteção, é mais uma medida preventiva para as pessoas, tendo em vista que a proteção delas
35 não é igual à das outras vacinas, é uma proteção menor, principalmente para quem recebeu a
36 Coronavac. Existem diferenças entre os resultados dos ensaios clínicos. Os sujeitos que
37 participaram do estudo da Coronavac foram todos profissionais da Saúde, e isso implica um
38 risco muito maior do que os não profissionais da Saúde. Portanto, foi um grupo selecionado de
39 alto risco de aquisição da Covid, comparativamente com outras populações que não atendem a
40 pacientes com Covid. O Brasil possui hoje três vacinas, a Coronavac, a AstraZeneca/Oxford,

1 que foi utilizada no Reino Unido todo, e a vacina da Pfizer, que é mais recente e está sendo
2 aplicada principalmente na cidade de São Paulo e em locais que dispõem de um *freezer* que
3 atinge a temperatura de -80 graus, então ela não está sendo distribuída amplamente no estado,
4 apenas na cidade de São Paulo e em alguns outros locais. Contam com esses imunizantes, que
5 são diferentes dos imunizantes aplicados, por exemplo, na Europa, nos Estados Unidos, na
6 Austrália, na Nova Zelândia, de modo que a epidemiologia é diferente. Portanto, neste primeiro
7 momento em que estão estudando ainda os efeitos da vacinação na população, que é a vida real,
8 é diferente do ensaio clínico, optaram, por uma questão de segurança, por manter as mesmas
9 precauções que têm utilizado, ou seja, o uso de máscara, o distanciamento e a higienização das
10 mãos, para as pessoas vacinadas ou não vacinadas. Essa foi uma decisão do comitê, que se
11 reuniu também com diferentes equipes de serviços que prestam suporte à Universidade, como,
12 por exemplo, o Restaurante, a Vigilância e a Prefeitura do *Campus*, para adequação desse início
13 de retorno em relação a refeições, a vigilância, transporte dos alunos, servidores e professores
14 que irão retornar de forma gradual. Estão estimando um retorno de até 40% nos espaços, e na
15 opinião do comitê, com o distanciamento necessário, o cálculo é de mais ou menos uma pessoa
16 para cada 2m². Mas o tamanho da área pode variar, porque uma área de 100m² não vai
17 comportar 50 pessoas. Então haverá uma adequação a essa regra de que uma pessoa ocupe em
18 torno de 2 metros, 2 metros e meio quadrados por si. Porém, nos espaços, a distância de 1,5m
19 tem de ser respeitada, então se houver cinco pessoas em uma sala grande, elas não podem ficar
20 juntas, elas têm de ficar distanciadas, esse é um conceito importante que terão de adotar. Outro
21 ponto importante é o fato de que existe um risco que deverá ser compartilhado. Não existe risco
22 zero em doenças infecciosas nem em imunizações; a imunização é muito importante, é uma das
23 grandes mudanças na epidemiologia da humanidade, mudou a humanidade, mudou a sobrevivência,
24 as vacinas mudaram demais o mundo, porém, elas não são 100% efetivas, nem tampouco 100%
25 inócuas. Esse mundo não existe. Portanto, terão de compartilhar o risco de retornarem às
26 atividades de forma responsável, e esse compartilhamento do risco deverá ser bastante
27 esclarecido para quem retorna, alunos, professores e servidores, porque esse risco vai existir,
28 da mesma forma que existe para as pessoas que vão aos *shoppings*, aos restaurantes, quando se
29 faz qualquer tipo de saída do ambiente de casa para outro ambiente. Mas esse risco tem de ser
30 compartilhado, e as pessoas devem ter ciência dessa responsabilidade. Sobre a fala da
31 professora Claudia Bauzer Medeiros de terem feito uma portaria para a Administração Central
32 e não para as unidades de ensino e pesquisa, esclarece que no momento em que assumiram a
33 Reitoria, tinham de estar próximos para poder desenvolver os trabalhos, portanto assumiram
34 esses riscos, assumiram a responsabilidade de voltar. Porém, existia uma portaria que definia
35 que todas as atividades administrativas seriam realizadas em teletrabalho. Foi por esse motivo
36 que foi feita essa portaria permitindo que os órgãos administrativos centrais voltassem. Há uma
37 preocupação grande, desde a época da campanha, de como seria o retorno, porque já tinham
38 percebido a ansiedade e a preocupação dos professores e professoras, dos alunos e das alunas,
39 dos pesquisadores todos em relação às perdas que todos estavam tendo por causa da pandemia.
40 Foi por esse motivo que constituíram o comitê de contingenciamento, e isso não quer dizer que

1 estão substituindo todos os GTs que já haviam sido alocados na gestão anterior, mas sim
2 compondo um comitê que vai fornecer respostas rápidas, até porque muitos dos GTs já
3 concluíram suas tarefas. Algumas medidas em relação ao local de trabalho, higienização, uso
4 de máscaras, uso de luvas, quando usar o visor, quando não usar, isso tudo foi determinado no
5 ano passado, há um ano. O momento atual exige respostas rápidas, e o comitê foi baseado no
6 que o Governador do Estado de São Paulo possui, denominado comitê de contingenciamento,
7 e que orienta o governo em relação às medidas. Por exemplo, se um professor deseja viajar para
8 o exterior, esse comitê pode orientar um pouco mais de perto se essa viagem é muito importante
9 ou pouco importante, se ele pode adiar, se não pode, é um comitê de resposta rápida. Acha que
10 respondeu a maioria dos questionamentos que foram colocados nesta reunião; se ainda houver
11 alguma questão, coloca-se à disposição para responder. O MAGNÍFICO REITOR propõe votos
12 de pesar aos familiares de: José Luiz Sanfelice e Cleiton de Oliveira, professores da Faculdade
13 de Educação; Eva Ibrahim Ferreira de Souza, funcionária do Caism; e Ubiratan d'Ambrósio,
14 professor aposentado que foi diretor do Imecc nos períodos de 1972 a 1980 e Pró-Reitor de
15 Desenvolvimento Universitário no período de 1986 a 1990, além de Professor Emérito da
16 Unicamp. Em relação a perguntas referentes aos GTs, como o do código de conduta, RDIDP,
17 da política de educação digital, sala virtual, de composição do Consu, esclarece que estão
18 optando por se concentrar em algumas atividades que consideram de demanda imediata, em
19 particular a questão das progressões. Vão retomar a discussão de todos esses GTs, mas
20 comunica aos diretores que eles podem andar bem mais devagar com essas discussões porque
21 a intenção é fazer a discussão de todos esses aspectos longamente nas unidades, pois querem
22 decisões que sejam bastante embasadas e com participação grande da comunidade. Nesses
23 casos, não há uma pressão pelo tempo como há nas questões de progressão, que é a forma como
24 estão diferenciando as coisas. Em particular na questão do GT de condutas, viram a expressão
25 de preocupação do professor Léo Pini, essas preocupações são compartilhadas por membros da
26 gestão e possuem a intenção também de apresentar alterações nesse assunto. O GT de
27 composição do Consu tem um impacto forte na composição como um todo, inclusive sugere
28 diminuição da bancada docente, portanto terão de discutir isso com muita calma, para verificar
29 a possibilidade de chegarem a entendimentos e acordos. Todas as questões dos GTs
30 mencionados serão discutidas, mas pede paciência aos conselheiros para que façam isso com
31 calma e se reflita em uma discussão bastante democrática nas unidades. Apresentarão no futuro
32 um calendário de discussão para os vários relatórios desses GTs. Em relação à questão colocada
33 pela conselheira Gabriela, da segurança no *campus*, informa que mantiveram a Secretaria de
34 Vivência nos *Campi*, que é responsável pela questão da segurança, e que possui uma política
35 muito interessante hoje, não só interna, como de participação externa, sendo coordenada pela
36 professora Suzana Durão, do IFCH, que foi mantida na coordenação. Eles têm mecanismo de
37 assistência para que as pessoas possam ser levadas, nos momentos inadequados para se
38 movimentar no *campus*, em particular à noite, em que correm algum risco, com ações inclusive
39 de acompanhamento das pessoas. Talvez seja uma coisa que ainda não esteja bem divulgada,
40 vai solicitar à professora Suzana que informem melhor a comunidade a respeito. Mas seria

1 interessante procurar a Secretaria de Vivência dos *Campi*, encaminhar a ela essas preocupações
2 para que possam ir aperfeiçoando os procedimentos e melhorar o atendimento a essas
3 demandas. A Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES diz que a Secretaria já está
4 ciente, mas até agora nada foi feito. O MAGNÍFICO REITOR diz que é importante as pessoas
5 usarem também o canal de defesa. Em relação ao questionamento colocado pela senhora
6 Elisabeth sobre os concursos, acha que já foi respondido, e ela colocou uma questão em relação
7 ao GT de Carreira Paepe. Solicita formalmente ao professor Fernando Sarti que mantenha a
8 categoria informada sobre as questões referentes à Carreira Paepe. Existe uma demanda para
9 que esse processo seja retomado rapidamente, mesmo que considerem as restrições da lei
10 complementar 173, pois para implantar o processo de progressão em 2022, precisam
11 desencadeá-lo rapidamente. Então há uma demanda para que o processo seja retomado
12 rapidamente, e uma outra demanda para que a discussão seja transparente. A ideia de limitar
13 em 45 dias é que não protelem, porque as pessoas costumam achar que por montar um GT vai
14 levar mais tempo; estão apresentando uma meta concreta, que agosto seja um ponto definitivo
15 na decisão dessas duas questões. A intenção de não alterar muito o relatório é baseada no fato
16 de que ele foi discutido devidamente, por isso montaram um grupo misto, com três membros
17 do GT anterior e duas pessoas novas da Administração. O relatório permite essa combinação
18 de progressão horizontal e vertical, e a Administração está querendo inovar no sentido de que
19 a ênfase seja nas promoções horizontais. Acha que é possível fazer isso dentro dos marcos do
20 que foi decidido pelo GT, mas existem outras decisões, treinamento das comissões, que os
21 critérios sejam transparentes, explicitados antes. Então ele vai exigir, para ser implantado, um
22 período de preparação necessário para conseguirem iniciá-lo, para que ele possa ter efeito logo
23 no início de 2022. No caso das novas promoções docentes e das promoções de funcionários, se
24 consideram que as promoções também vão seguir alguma avaliação de mérito, a discussão da
25 lei complementar 173 tem pouco sentido, porque precisarão de um tempo para organizar essas
26 promoções. Podem utilizar o segundo semestre, mas o impacto, de fato, só vai ocorrer a partir
27 do início do ano que vem. Portanto, não há possibilidade de fazer promoções horizontais
28 rapidamente se tomarem uma decisão em agosto, vai demandar um certo tempo. Se precisam
29 preparar comissões para avaliar o desempenho dos funcionários e avaliar complexidade para
30 que isso tenha impacto também na progressão, precisarão de um tempo de preparação. Então,
31 nesse caso em particular, a discussão da lei complementar 173 até tem pouco sentido, pois não
32 conseguirão fazer isso em setembro ou outubro. Outra questão é com o passivo: se a decisão
33 fosse rápida, ele poderia ter uma repercussão ainda este ano, e então haveria influência da lei
34 complementar 173. Em relação às outras carreiras, tomou a decisão aqui de que montarão mais
35 um GT, que vai reunir um representante de cada uma das outras carreiras docentes especiais e
36 pesquisadores, de forma que contemplem a preocupação de participação de todos na discussão
37 dessa retomada das progressões, e vai atribuir novamente a presidência ao professor Fernando
38 Sarti. Na questão das GRs, que já foi devidamente explicada pelo professor Fernando Sarti,
39 enfatiza que a interpretação da Administração é que uma deliberação Consu é superior a
40 qualquer certificação, pois o Consu é o órgão máximo da Universidade, e a deliberação previa

1 16 assessores de Gabinete do Reitor, ou seja, Administração Central. Essas 16 GRs tinham de
2 estar previstas na certificação, mas ela não contemplou a colocação disso. Uma coisa é terem
3 as caixinhas do organograma onde podem colocar as pessoas, outra coisa é se vão colocar as
4 pessoas. O gasto só existe no momento em que se coloca, mas a certificação não pode estar em
5 conflito com uma deliberação Consu, ou precisam mudar a deliberação Consu. Houve um alerta
6 de que existe um conflito, há mais GRs do que alguns cargos na deliberação Consu. Por outro
7 lado, no caso da Reitoria, ocorreu o contrário, possuem 16 previstas na resolução e só 10
8 alocadas. Tem dificuldade de entender que isso é racionalização, em particular no caso da
9 Reitoria, porque estão falando do órgão máximo da Universidade. Frisa que dessas 16, uma está
10 alocada na Inova e nove estão alocadas em outros órgãos que não o Gabinete do Reitor; estão
11 alocadas na CGU, em algumas diretorias executivas e em algumas pró-reitorias. O único
12 afetado por esse problema é o Gabinete do Reitor, supostamente a autoridade máxima da
13 Universidade. Então acha que possuem um problema que não lhe parece que é algo associado
14 à racionalização; parece-lhe que estão fazendo exatamente o contrário, e precisam resolver essa
15 questão. Chamou para si a responsabilidade de resolvê-la e acha que as pessoas deveriam pensar
16 um pouco, porque a Reitoria não é a pessoa do Antonio José de Almeida Meirelles, a Reitoria
17 é um cargo que permanece, não tem sentido imaginar que essa era uma boa solução até o dia
18 19 de abril e que ela passou a ser uma má solução no dia 20 de abril. O que mudou de 19 para
19 20 foi que um novo Reitor tomou posse, e isso deveria, na sua opinião, sensibilizar os
20 conselheiros. Em relação às informações solicitadas sobre as reuniões do Cruesp, informa que
21 na quinta-feira vai à Fapesp, depois terá atividades no Palácio dos Bandeirantes, vai encontrar,
22 provavelmente, o professor Vahan, vai conversar com ele sobre a reunião com o Fórum das
23 Seis. As questões da lei complementar 173 já foram expostas pela doutora Fernanda, estão
24 discutindo essa questão, mas o objetivo é sempre andar de acordo com as interpretações que
25 fazem da lei. Não descartam a possibilidade de mudar, mas aponta que o efeito dessa mudança
26 se refere principalmente a um passivo de promoções criadas em grande parte com a
27 desvinculação da livre-docência da progressão para professor associado. Também no Consu de
28 agosto, ou no seu extraordinário, proporão um retorno, em parte, à situação anterior, com alguns
29 ajustes. Essa é uma responsabilidade que a Administração está assumindo, então isso não será
30 resultado de um GT, será uma proposta apresentada pela nova Administração. Em seguida,
31 informa também que houve novas nomeações, que são importantes, com um perfil de valorizar
32 o papel feminino na nova Administração: para a direção da Inova, indicaram, pela primeira vez,
33 uma professora, professora Ana Maria Frattini Fileti, da Faculdade de Engenharia Química, e
34 o diretor associado da Inova será o professor Renato Lopes, da Faculdade de Engenharia
35 Elétrica e de Computação. Também pela primeira vez terão na superintendência do Centro de
36 Computação uma professora, que é a professora Islene Calciolari Garcia, do Instituto de
37 Computação, e o diretor adjunto será o senhor Fernando Moreno Mendonça. E para a editora
38 indicaram a professora Edwiges Maria Morato, do Instituto de Estudos da Linguagem. Nada
39 mais havendo a tratar, o MAGNÍFICO REITOR declara encerrada a Sessão e, para constar, eu,
40 Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques

- 1 que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 25 de
- 2 maio de 2021.

***NOTA DA SG:** A presente Ata foi aprovada na **172ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 03 de agosto de 2021, sem alterações.*